

Fonte: CARGO 7: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STJ / 2018 / CESPE

Q1.

Considerando a doutrina e a jurisprudência dos tribunais superiores no tocante aos princípios administrativos e a licitação, julgue os itens que se seguem.

Embora sem previsão expressa no ordenamento jurídico brasileiro, o princípio da confiança relaciona-se à crença do administrado de que os atos administrativos serão lícitos e, portanto, seus efeitos serão mantidos e respeitados pela própria administração pública.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Introdução ao direito administrativo / Objeto do direito administrativo; Fontes do direito administrativo

Fonte: OFICIAL DE INTELIGÊNCIA - ÁREA 1 / ABIN / 2018 / CESPE

Q2.

Julgue os itens que se seguem, a respeito de aspectos diversos relacionados ao direito administrativo.

Entre as fontes de direito administrativo, as normas jurídicas administrativas em sentido estrito são consideradas lei formal e encontram sua aplicabilidade restrita à esfera político-administrativa.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Introdução ao direito administrativo / Regime jurídico-administrativo: princípios do direito administrativo

Fonte: CARGO 8: ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR / STJ / 2018 / CESPE

Q3.

Acerca dos princípios e dos poderes da administração pública, da organização administrativa, dos atos e do controle administrativo, julgue os itens a seguir, considerando a legislação, a doutrina e a jurisprudência dos tribunais superiores.

Situação hipotética: O prefeito de determinado município promoveu campanha publicitária para combate ao mosquito da dengue. Nos panfletos, constava sua imagem, além do símbolo da sua campanha eleitoral. **Assertiva:** No caso, não há ofensa ao princípio da impessoalidade.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Introdução ao direito administrativo / Princípios da administração pública

Fonte: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ADMINISTRATIVA - ADMINISTRAÇÃO / TCE/PA / 2016 / CESPE

Q4.

No que concerne à administração pública, julgue os itens a seguir.

Situação hipotética: O TCE/PA alugou várias salas de aula de uma escola privada para a realização do curso de formação de seus novos servidores. **Assertiva:** Nessa situação, o ato de locação, ainda que seja regido pelo direito privado, é considerado um ato administrativo.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Administração pública / Conceito de administração pública sob os aspectos orgânico, formal e material

Fonte: ADMINISTRADOR / FUB / 2015 / CESPE

Q5.

Acerca de Estado, governo e administração pública, julgue os itens a seguir.

A autonomia do Distrito Federal e sua organização político-administrativa têm limitações constitucionais.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Administração pública / Órgão público: conceito e classificação

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA / TJ/DFT / 2015 / CESPE

Q6.

A respeito da organização administrativa, dos atos administrativos e dos contratos e convênios administrativos, julgue os itens a seguir.

De acordo com a teoria da imputação, atualmente adotada no ordenamento jurídico brasileiro, a manifestação de vontade de pessoa jurídica dá-se por meio dos órgãos públicos, ou seja, conforme essa teoria, quando o agente do órgão manifesta sua vontade, a atuação é atribuída ao Estado.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Administração pública / Servidor: cargo e funções

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ANÁLISE DE SISTEMAS / STM / 2018 / CESPE

Q7.

Julgue os itens a seguir, relativos ao regime jurídico dos servidores públicos civis da União, às carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União e à responsabilidade civil do Estado.

No caso de acumulação ilegal de cargos públicos, o servidor será notificado para apresentar opção e, se ele permanecer

omisso, será instaurado procedimento administrativo disciplinar sumário conduzido por comissão composta por dois servidores estáveis.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Administração pública / Atribuições; Competência administrativa: conceito e critérios de distribuição; Avocação e delegação de competência; Ausência de competência: agente de fato

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / STM / 2018 / CESPE

Q8.

A respeito dos poderes administrativos, da contratação com a administração pública e do processo administrativo — Lei nº 9.784/1999 —, julgue os itens seguintes.

A desistência do interessado quanto a pedido formulado à administração pública impede o prosseguimento do processo.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Administração pública / Administração direta e indireta

Fonte: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO / SEE/DFT / 2017 / CESPE

Q9.

João, servidor público ocupante do cargo de motorista de determinada autarquia do DF, estava conduzindo o veículo oficial durante o expediente quando avistou sua esposa no carro de um homem. Imediatamente, João dolosamente acelerou em direção ao veículo do homem, provocando uma batida e, por consequência, dano aos veículos. O homem, então, ingressou com ação judicial contra a autarquia requerendo a reparação dos danos materiais sofridos. A autarquia instaurou procedimento administrativo disciplinar contra João para apurar suposta violação de dever funcional.

No que se refere à situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir.

João é servidor de entidade integrante da administração indireta.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Administração pública / Autarquias

Fonte: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - PLANEJAMENTO - ADMINISTRAÇÃO / TCE/PA / 2016 / CESPE

Q10.

A respeito da administração direta, indireta e fundacional, julgue os itens a seguir.

As autarquias e as empresas públicas integram a administração indireta e assemelham-se quanto ao modo de criação e ao regime jurídico, pois a criação de ambas depende de autorização legislativa e ambas submetem-se tanto ao regime público como ao regime privado.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Administração pública / Fundações públicas

Fonte: TÉCNICO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO - ÁREA: AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO, OUVIDORIA E TRANSPARÊNCIA - CAMPO DE ATUAÇÃO: GERAL / Pref. João Pessoa/PB / 2018 / CESPE

Q11.

Acerca da organização da administração direta e indireta, centralizada e descentralizada, julgue os itens a seguir.

É possível a constituição de fundação pública de direito público ou de direito privado para a exploração direta de atividade econômica pelo Estado, quando relevante ao interesse público.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Administração pública / Empresas públicas e privadas

Fonte: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ADMINISTRATIVA - ADMINISTRAÇÃO / TCE/PA / 2016 / CESPE

Q12.

Julgue os próximos itens, relativos à legislação administrativa.

As empresas públicas, entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, cuja criação é autorizada por lei, possuem patrimônio próprio e podem ser unipessoais ou pluripessoais.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Administração pública / Sociedades de economia mista

Fonte: TÉCNICO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO - ÁREA: AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO, OUVIDORIA E TRANSPARÊNCIA - CAMPO DE ATUAÇÃO: GERAL / Pref. João Pessoa/PB / 2018 / CESPE

Q13.

Acerca da organização da administração direta e indireta, centralizada e descentralizada, julgue os itens a seguir.

As sociedades de economia mista sujeitam-se ao regime trabalhista próprio das empresas privadas.

- CERTO
 - ERRADO
-

Direito Administrativo / Administração pública / Entidades paraestatais

Fonte: CARGO 7: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STJ / 2018 / CESPE

Q14.

Acerca das organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) e dos atos administrativos, julgue os itens seguintes.

Situação hipotética: Após celebrar termo de parceria com a União e receber recursos públicos, determinada OSCIP anunciou a contratação de terceiros para o fornecimento de material necessário à consecução dos objetivos do ajuste.

Assertiva: Nessa situação, para efetivar a contratação de terceiros, a OSCIP deverá realizar licitação pública na modalidade concorrência.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Atos administrativos / Conceitos, requisitos, elementos, pressupostos e classificação

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / STM / 2018 / CESPE

Q15.

A respeito do direito administrativo, dos atos administrativos e dos agentes públicos e seu regime, julgue os itens a seguir.

A imperatividade é o atributo pelo qual o ato administrativo é presumido verídico até que haja prova contrária à sua veracidade.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Atos administrativos / Fato e ato administrativo

Fonte: CARGO 8: ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR / STJ / 2018 / CESPE

Q16.

Acerca dos princípios e dos poderes da administração pública, da organização administrativa, dos atos e do controle administrativo, julgue os itens a seguir, considerando a legislação, a doutrina e a jurisprudência dos tribunais superiores.

Por ser um ato complexo, o reconhecimento da aposentadoria de servidor público se efetiva somente após a aprovação do tribunal de contas. Por sua vez, a negativa da aposentadoria pela corte de contas não observa o contraditório e a ampla defesa.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Q17.

A respeito do direito administrativo, dos atos administrativos e dos agentes públicos e seu regime, julgue os itens a seguir.

A licença consiste em um ato administrativo unilateral e discricionário.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Atos administrativos / Cassação; Revogação e anulação; Revogação, anulação e convalidação do ato administrativo

Q18.

Em relação à anulação e à revogação dos atos administrativos, julgue os itens seguintes.

A revogação produz efeitos retroativos.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Atos administrativos / Atos administrativos vinculados e discricionários

Q19.

No que tange aos atos administrativos, julgue os itens seguintes.

O processo administrativo será regido por normas básicas que visem ao cumprimento dos fins da administração e obedecerá, entre outros, aos princípios da legalidade, da moralidade, da ampla defesa e do contraditório, excluindo-se desse rol o princípio da razoabilidade, por se tratar, no caso, de ato discricionário do agente público.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Atos administrativos / Processo administrativo

Q20.

Com base na doutrina e nas normas de direito administrativo, julgue os itens que se seguem.

Situação hipotética: Dez anos após a data em que deveria ter ocorrido o primeiro pagamento de vantagem pecuniária a que José fazia jus, ele apresentou requerimento administrativo ao chefe do setor de recursos humanos solicitando o pagamento de tal vantagem. O pedido foi indeferido sob o fundamento de ocorrência da prescrição. José, então, apresentou recurso.

Assertiva: Nesse caso, o chefe do setor de recursos humanos tem o prazo de cinco dias para reconsiderar a decisão; caso não o faça, deverá encaminhar o recurso ao seu superior hierárquico.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Poderes da administração pública / Hierarquia: poder hierárquico e suas manifestações

Fonte: ADVOGADO / EBSERH / 2018 / CESPE

Q21.

Julgue os seguintes itens, a respeito dos poderes da administração pública.

O poder hierárquico se manifesta no controle exercido pela administração pública direta sobre as empresas públicas.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Poderes da administração pública / Poder disciplinar

Fonte: AUDITOR / FUB / 2015 / CESPE

Q22.

Acerca dos poderes administrativos, julgue os itens que se seguem.

O âmbito de incidência do poder disciplinar da administração pública está restrito aos servidores públicos.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Poderes da administração pública / Poder de polícia; Polícia judiciária e polícia administrativa; Liberdades públicas e poder de polícia

Fonte: CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / STJ / 2018 / CESPE

Q23.

No que se refere aos poderes administrativos, julgue os itens que se seguem.

O poder de polícia consiste na atividade da administração pública de limitar ou condicionar, por meio de atos normativos ou concretos, a liberdade e a propriedade dos indivíduos conforme o interesse público.

- CERTO

- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Serviços públicos / Concessão, permissão, autorização e delegação

Fonte: CARGO 7: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STJ / 2018 / CESPE

Q24.

Acerca das organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) e dos atos administrativos, julgue os itens seguintes.

A concessão, pelo poder público, da qualificação como OSCIP de entidade privada sem fins lucrativos é ato vinculado ao cumprimento dos requisitos legais estabelecidos para tal.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Serviços públicos / Convênios e consórcios

Fonte: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL - ESPECIALIDADE: DIREITO E LEGISLAÇÃO / SEE/DFT / 2017 / CESPE

Q25.

A exploração e operação de determinado aeroporto foi transferida pelo governo federal para um consórcio de empresas pelo prazo de vinte anos. Em determinado dia, durante a vigência da execução desse serviço público pelo consórcio, uma passageira sofreu um acidente grave em esteira rolante do aeroporto, a qual se encontrava em manutenção devidamente sinalizada. A passageira, por estar enviando mensagem no aparelho celular, não observou a sinalização relativa à manutenção da esteira.

A respeito dessa situação hipotética e de aspectos legais e doutrinários a ela relacionados, julgue os itens subsequentes.

Na situação descrita, a transferência do referido serviço público para o consórcio terá obedecido à legislação pertinente se tiver sido realizada por meio de contrato de permissão de serviço público.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Serviços públicos / Conceito de serviço público

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA / TJ/DFT / 2015 / CESPE

Q26.

Julgue os próximos itens, em relação ao poder de polícia, à desapropriação e aos serviços públicos.

Com base no princípio da continuidade do serviço público, a extinção da concessão, nas hipóteses previstas em lei, autoriza a imediata assunção do serviço pelo poder concedente e a utilização de todos os bens reversíveis.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Serviços públicos / Classificação e garantias

Fonte: INSPECTOR DE CONTROLE EXTERNO - ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE, DIREITO OU ECONOMIA / TCE/RN / 2015 / CESPE

Q27.

Relativamente aos serviços públicos e à concessão e permissão de serviço público, julgue os itens subsecutivos.

Classificam-se como indelegáveis aqueles serviços que só podem ser prestados diretamente pelo estado, de que são exemplos os serviços de defesa nacional e segurança pública.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Serviços públicos / Usuário do serviço público

Fonte: ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES TERRESTRES - ECONOMIA / ANTT / 2013 / CESPE

Q28.

No que se refere a serviços públicos, julgue os próximos itens.

Os usuários têm o direito de receber do poder concedente e da concessionária de serviço público as informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Intervenção no domínio econômico: desapropriação

Fonte: ADVOGADO / EBSEERH / 2018 / CESPE

Q29.

A administração pública promoveu a desapropriação de dois imóveis. No primeiro, o ato expropriatório previa a construção de uma escola. No entanto, após três anos, construiu-se no local um abrigo para moradores de rua. Quanto ao segundo, que já contava com edificação, a previsão era de que o imóvel fosse aproveitado para servir de unidade de saúde pública, porém, nada foi feito e a edificação permaneceu fechada.

Com referência a essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

Na situação relacionada ao segundo imóvel, o particular que teve seu bem desapropriado poderá pleitear somente revisão do valor da indenização.

- CERTO
 - ERRADO
-

Direito Administrativo / Licitações / Conceito, finalidades, princípios e objeto

Fonte: CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / STJ / 2018 / CESPE

Q30.

Em relação aos princípios aplicáveis à administração pública, julgue os próximos itens.

A indicação dos fundamentos jurídicos que determinaram a decisão administrativa de realizar contratação por dispensa de licitação é suficiente para satisfazer o princípio da motivação.

- CERTO
- ERRADO

Direito Administrativo / Licitações / Obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade e vedação

Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO - ESPECIALIDADE QUALQUER NÍVEL SUPERIOR / EBSERH / 2018 / CESPE

Q31.

A respeito de licitações e contratos administrativos, julgue os itens seguintes.

É dispensada a licitação, segundo a Lei nº 8.666/1993, se houver comprometimento da segurança nacional naqueles casos estabelecidos por lei aprovada pelo Congresso Nacional no início no ano legislativo.

- CERTO
- ERRADO

Direito Administrativo / Licitações / Modalidades

Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO - ESPECIALIDADE ADMINISTRAÇÃO / EBSERH / 2018 / CESPE

Q32.

A respeito da gestão de projetos e processos e da sua aplicação às organizações públicas, julgue os itens subsequentes.

Para realizar aquisições internacionais ou contratações de grande vulto, a modalidade licitatória mais recomendada é a tomada de preços.

- CERTO
- ERRADO

Direito Administrativo / Licitações / Procedimento, revogação e anulação

Fonte: ADVOGADO / EBSERH / 2018 / CESPE

Q33.

Um edital de licitação foi publicado e, em seguida, foram apresentadas propostas. No entanto, antes da etapa de

homologação, o gestor do órgão licitador decidiu não realizar o certame, sob a alegação de que aquele não era o momento oportuno para tal.

Nessa situação hipotética,

ao determinar que não realizaria o procedimento licitatório, o gestor deveria ter justificado a medida, elencando os motivos que o levaram a tomar referida decisão.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Licitações / Normas gerais de licitação

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRF 1ª / 2017 / CESPE

Q34.

Julgue os próximos itens, relativos ao tombamento administrativo e à responsabilidade civil do Estado.

Obras históricas ou artísticas tombadas são inalienáveis, independentemente da titularidade de sua propriedade.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Licitações / Lei nº 10.520/2002

Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO - ESPECIALIDADE QUALQUER NÍVEL SUPERIOR / EBSERH / 2018 / CESPE

Q35.

A respeito de licitações e contratos administrativos, julgue os itens seguintes.

É facultado o uso de licitação na modalidade de pregão, conforme a Lei nº 10.520/2002, para a contratação de obras realizadas pela administração direta, desde que o valor seja inferior a cem salários mínimos.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Licitações / Sistema de registro de preços

Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO - ESPECIALIDADE QUALQUER NÍVEL SUPERIOR / EBSERH / 2018 / CESPE

Q36.

A respeito de licitações e contratos administrativos, julgue os itens seguintes.

Conforme a Lei nº 8.666/1993, considera-se compra toda operação de transferência de domínio de bens a terceiros.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Contratos administrativos / Conceito, peculiaridades e interpretação

Fonte: CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / STJ / 2018 / CESPE

Q37.

Considerando a legislação pertinente a licitação e contratos administrativos, julgue os itens subsequentes.

De acordo com a Lei nº 8.666/1993, o contrato administrativo deve ser escrito, sendo nulo e de nenhum efeito o contrato verbal celebrado com a administração pública.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Contratos administrativos / Formalização

Fonte: DEFENSOR PÚBLICO / DPE/PE / 2015 / CESPE

Q38.

Com relação aos contratos administrativos, julgue o item a seguir.

De acordo com a Lei nº 8.666/1993, o contrato administrativo deve ser escrito, sendo nulo e de nenhum efeito todo contrato verbal celebrado com a administração pública.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Contratos administrativos / Execução, inexecução, revisão e rescisão

Fonte: CARGO 8: ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR / STJ / 2018 / CESPE

Q39.

No que diz respeito a agentes públicos, licitações e contratos administrativos, improbidade administrativa e desapropriação, julgue os itens a seguir.

Situação hipotética: Determinado município contratou, sem procedimento licitatório e com comprovada má-fé do contratado, um escritório de advocacia. **Assertiva:** De acordo com o STJ, o contrato é nulo, contudo o ente público fica obrigado a pagar pelos serviços prestados.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Contratos administrativos / Convênios e consórcios administrativos

Fonte: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO / SEE/DFT / 2017 / CESPE

Q40.

Acerca de licitações, contratos e convênios na administração pública, julgue os itens que se seguem.

A aquisição de produtos e serviços com recursos transferidos pela União, por meio de convênios com entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, deve ser precedida de licitação, ressalvados os casos previstos pela legislação própria.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Controle da administração pública / Conceito, tipos e formas de controle

Fonte: TÉCNICO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO - ÁREA: AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO, OUVIDORIA E TRANSPARÊNCIA - CAMPO DE ATUAÇÃO: GERAL / Pref. João Pessoa/PB / 2018 / CESPE

Q41.

Julgue os itens a seguir, referentes a conceitos, tipos e formas de controle na administração pública.

Os tipos e as formas de controle da atividade administrativa variam segundo o poder, o órgão ou a autoridade que o exercita ou o fundamenta.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Controle da administração pública / Controle interno e externo

Fonte: TÉCNICO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO - ÁREA: AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO, OUVIDORIA E TRANSPARÊNCIA - CAMPO DE ATUAÇÃO: GERAL / Pref. João Pessoa/PB / 2018 / CESPE

Q42.

Acerca dos controles externo e interno na administração pública, julgue os itens subsequentes.

Cabe ao controle interno apoiar o controle externo na sua missão institucional de zelar pela regular aplicação dos recursos públicos.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Controle da administração pública / Controle parlamentar

Fonte: AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO - ÁREA: AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO, OUVIDORIA E TRANSPARÊNCIA - CAMPO DE ATUAÇÃO: GERAL / Pref. João Pessoa/PB / 2018 / CESPE

Q43.

No que se refere a tipos e formas de controle, julgue os itens a seguir.

O julgamento das contas prestadas anualmente pelo presidente da República compete à Câmara dos Deputados, com o auxílio do controle interno.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Controle da administração pública / Recurso de administração

Fonte: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - PROCURADORIA / TCE/PA / 2016 / CESPE

Q44.

Com fundamento nos conceitos e na legislação a respeito de controle na administração pública, julgue os itens a seguir.

Recursos administrativos constituem meios hábeis para propiciar o reexame de decisão interna de um órgão da administração por órgão correspondente de outro Poder ou de outra esfera.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Controle da administração pública / Reclamação

Fonte: ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - QUALQUER ÁREA DE FORMAÇÃO / ANTAQ / 2014 / CESPE

Q45.

Julgue o item abaixo, acerca de pedido de reconsideração, de representação e de reclamação administrativas.

Reclamação administrativa, representação administrativa e pedido de reconsideração são petições que podem provocar reforma de decisões ou atos produzidos pelos tribunais de contas.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Controle da administração pública / Lei de Improbidade Administrativa (Lei no 8.429/1992 e suas alterações) / Conceitos

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / STM / 2018 / CESPE

Q46.

À luz da Lei de Improbidade Administrativa — Lei nº 8.429/1992 —, julgue os itens a seguir.

Além dos servidores públicos, são considerados sujeitos ativos de atos de improbidade administrativa os notários e registradores, que podem sofrer as penalidades previstas na lei em apreço.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Controle da administração pública / Lei de Improbidade Administrativa (Lei no 8.429/1992 e suas alterações) / Atos de Improbidade

Fonte: CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / STJ / 2018 / CESPE

Q47.

De acordo com os conceitos, valores e princípios éticos e morais, bem como com as disposições da Lei nº 8.429/1992, julgue os itens a seguir.

O agente público que facilitar a incorporação de verba integrante do acervo patrimonial da União ao patrimônio de pessoa física, ainda que aja de boa-fé e sem dolo ou culpa, praticará ato de improbidade administrativa, submetendo-se às sanções previstas em lei.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Controle da administração pública / Lei de Improbidade Administrativa (Lei no 8.429/1992 e suas alterações) / Procedimentos administrativos e judiciais

Fonte: CARGO 7: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STJ / 2018 / CESPE

Q48.

Tendo como referência a jurisprudência dos tribunais superiores relativa a desapropriação, improbidade administrativa e processo administrativo, julgue os seguintes itens.

De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, caso uma ação de improbidade administrativa seja julgada improcedente, a respectiva sentença deverá sujeitar-se à remessa necessária.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Controle da administração pública / Lei de Improbidade Administrativa (Lei no 8.429/1992 e suas alterações) / Penalidades

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRF 1ª / 2017 / CESPE

Q49.

A respeito de mandado de segurança, ação popular, ação civil pública e ação de improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.

Ainda que a prática de ato que configure improbidade administrativa não cause prejuízo ao erário ou não implique enriquecimento ilícito, estará o responsável sujeito à perda da função pública.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Controle da administração pública / Lei de Improbidade Administrativa (Lei no 8.429/1992 e suas alterações) / Disposições penais e prescrição

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / STM / 2018 / CESPE

Q50.

À luz da Lei de Improbidade Administrativa — Lei nº 8.429/1992
—, julgue os itens a seguir.

É imprescindível a ocorrência de dolo para a tipificação, como ato de improbidade administrativa, da conduta de agente público que cause prejuízo ao erário.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Controle da administração pública / Controle jurisdicional da administração pública no direito brasileiro

Fonte: AUXILIAR TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO - ADMINISTRATIVA / TCE/PA / 2016 / CESPE

Q51.

Julgue os itens que se seguem, a respeito do controle da administração e da responsabilidade civil do Estado.

A ação civil pública é instrumento válido de controle judicial da atividade administrativa.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Controle da administração pública / Controle da atividade financeira do Estado: espécies e sistemas

Fonte: CARGO 8: ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR / STJ / 2018 / CESPE

Q52.

Acerca dos princípios e dos poderes da administração pública, da organização administrativa, dos atos e do controle administrativo, julgue os itens a seguir, considerando a legislação, a doutrina e a jurisprudência dos tribunais superiores.

Cabe ao Poder Legislativo o poder-dever de controle financeiro das atividades do Poder Executivo, o que implica a competência daquele para apreciar o mérito do ato administrativo sob o aspecto da economicidade.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Controle da administração pública / Tribunal de Contas da União (TCU) e suas atribuições

Fonte: TÉCNICO MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO - ÁREA: AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO, OUVIDORIA E TRANSPARÊNCIA - CAMPO DE ATUAÇÃO: GERAL / Pref. João Pessoa/PB / 2018 / CESPE

Q53.

Com relação ao controle exercido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), julgue os itens que se seguem.

Cabe ao TCU fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, excetuados aqueles repassados mediante convênio.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Controle da administração pública / Pedido de reconsideração e recurso hierárquico próprio e impróprio

Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO - QUALQUER ÁREA DE FORMAÇÃO / ANTAQ / 2014 / CESPE

Q54.

No que se refere ao controle da administração pública, à improbidade administrativa e ao processo administrativo, julgue os itens subsequentes.

As decisões das agências reguladoras federais estão sujeitas à revisão ministerial, inclusive por meio de recurso hierárquico impróprio.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Agentes públicos e servidores públicos / Agentes públicos (servidor público e funcionário público); Servidor ocupante de cargo em comissão

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRF 1ª / 2017 / CESPE

Q55.

Considerando o disposto nas Leis n.º 8.112/1990 e n.º 8.429/1992, julgue os itens que se seguem, acerca dos agentes públicos.

De acordo com a legislação que trata de atos de improbidade administrativa, são considerados agentes públicos as pessoas em exercício de cargo eletivo em autarquia federal, mesmo que sem remuneração.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Agentes públicos e servidores públicos / Estágio probatório

Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO - ESPECIALIDADE ADMINISTRAÇÃO / EBSERH / 2018 / CESPE

Q56.

Julgue os itens seguintes, relativos ao regime dos servidores públicos federais e à ética no serviço público.

Em caso de licença por motivo de doença de enteado de servidor público em estágio probatório, este ficará suspenso, sendo retomado ao término do período da licença.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Agentes públicos e servidores públicos / Remoção e Redistribuição

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STM / 2018 / CESPE

Q57.

Acerca das regras aplicáveis aos servidores públicos do Poder Judiciário, e considerando o que dispõe a Lei nº 8.112/1990 e a Lei nº 11.416/2006, julgue os itens a seguir.

A legislação que dispõe sobre o regime estatutário prevê a possibilidade de o servidor público, em determinadas hipóteses, pedir remoção para outra localidade, independentemente do interesse da administração pública.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Agentes públicos e servidores públicos / Direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos civis

Fonte: CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / STJ / 2018 / CESPE

Q58.

Com base no disposto na Lei nº 8.112/1990, julgue os itens seguintes.

O auxílio-moradia poderá ser concedido a servidor público que resida com outra pessoa que receba o mesmo benefício.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Agentes públicos e servidores públicos / Lei nº 4.878/1965 e suas alterações (Regime jurídico peculiar dos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal)

Fonte: AGENTE DE POLÍCIA / Polícia Civil/DF / 2013 / CESPE

Q59.

Com relação ao regime jurídico peculiar dos funcionários policiais civis da União e do DF, julgue os itens subsecutivos.

Se um agente de polícia cometer crime contra os costumes ou contra o patrimônio, a ele será aplicada automaticamente a pena de demissão, independentemente da natureza e da configuração do crime.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Agentes públicos e servidores públicos / Formas de provimento e vacância dos cargos públicos

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STM / 2018 / CESPE

Q60.

Acerca das regras aplicáveis aos servidores públicos do Poder Judiciário, e considerando o que dispõe a Lei nº 8.112/1990 e a Lei nº 11.416/2006, julgue os itens a seguir.

Provimento é o ato emanado da pessoa física designada para ocupar um cargo público, por meio do qual ela inicia o exercício da função a que fora nomeada.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Bens públicos / Classificação e caracteres jurídicos

Fonte: AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO - ÁREA: AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO, OUVIDORIA E TRANSPARÊNCIA - CAMPO DE ATUAÇÃO: GERAL / Pref. João Pessoa/PB / 2018 / CESPE

Q61.

Considerando o modelo constitucional de repartição das competências e dos bens dos entes federados, julgue os próximos itens, a respeito da organização do Estado.

Os rios que banhem mais de um estado e que sejam provenientes de outros países são considerados bens da União.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Bens públicos / Características

Fonte: DEFENSOR PÚBLICO / DPE/PE / 2015 / CESPE

Q62.

Com relação aos bens públicos, julgue o item abaixo.

É juridicamente impossível a prescrição aquisitiva de imóvel público rural por meio de usucapião constitucional pro labore.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Bens públicos / Espécies de bens públicos

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA / TJ/DFT / 2013 / CESPE

Q63.

No que se refere à disciplina acerca dos contratos administrativos e dos bens públicos, julgue os itens seguintes.

Consideram-se bens públicos dominicais os que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal ou real de cada uma delas, os quais se submetem a um regime de direito privado, pois a administração pública age, em relação a eles, como um proprietário privado.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Responsabilidade civil do Estado / Responsabilidade patrimonial do Estado por atos da administração pública: evolução histórica e fundamentos jurídicos

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STM / 2018 / CESPE

Q64.

João, servidor público civil, motorista do Exército brasileiro, enquanto conduzia veículo oficial, no exercício da sua função, colidiu com o automóvel de Maria, que não possui qualquer vínculo com o poder público. Após a devida apuração, ficou provado que os dois condutores agiram com culpa.

A partir dessa situação hipotética e considerando a doutrina majoritária referente à responsabilidade civil do Estado, julgue os itens que se seguem.

A União tem direito de regresso em face de João, considerando que, no caso, a responsabilidade do agente público é subjetiva.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Responsabilidade civil do Estado / Tipos de Responsabilidade

Fonte: CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / STJ / 2018 / CESPE

Q65.

Julgue os itens a seguir, relativos à responsabilidade civil do Estado.

Excetuados os casos de dever específico de proteção, a responsabilidade civil do Estado por condutas omissivas é subjetiva, devendo ser comprovados a negligência na atuação estatal, o dano e o nexo de causalidade.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Direito administrativo disciplinar / Lei no 8.112/1990: regime disciplinar

Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO - ESPECIALIDADE ADMINISTRAÇÃO / EBSEH / 2018 / CESPE

Q66.

Julgue os itens seguintes, relativos ao regime dos servidores públicos federais e à ética no serviço público.

A demissão será a penalidade disciplinar cabível para o servidor que se recusar a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Administrativo / Direito administrativo disciplinar / Decreto nº 59.310/1966

Fonte: ESCRIVÃO DE POLÍCIA / Polícia Civil/DF / 2013 / CESPE

Q67.

Acerca do regime jurídico dos policiais civis do Departamento Federal de Segurança Pública e da Polícia do Distrito Federal, julgue os itens a seguir.

Caso um delegado de polícia proponha a remoção, por conveniência da disciplina, de um escrivão que lhe seja subordinado, o secretário de Segurança Pública somente poderá deferir a proposta se houver vaga na respectiva lotação de destino.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Constituição / Sentidos sociológico, político e jurídico; conceito, objetos e elementos; Classificações das constituições

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / STM / 2018 / CESPE

Q68.

Julgue os itens seguintes, relativos à classificação das Constituições e à organização político-administrativa.

O fato de o texto constitucional ter sido alterado quase cem vezes em razão de emendas constitucionais não é suficiente para classificar a vigente Constituição Federal brasileira como flexível.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Constituição / Normas constitucionais

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / PGE/AM / 2017 / CESPE

Q69.

Julgue os itens seguintes, relativos à aplicabilidade de normas constitucionais e à interação destas com outras fontes do direito.

Ao afirmar que o estado do Amazonas, nos limites de sua competência, assegura, em seu território, a brasileiros e estrangeiros, a inviolabilidade dos direitos e garantias fundamentais declarados na CF, o constituinte estadual incorporou, na ordem constitucional do estado, os direitos e as garantias fundamentais constantes da CF, fazendo uso, para tanto, da chamada técnica de remissão normativa.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Poder constituinte / Fundamentos do poder constituinte; poder constituinte originário e derivado

Fonte: ASSESSOR TÉCNICO JURÍDICO / TCE/RN / 2015 / CESPE

Q70.

Acerca da aplicabilidade das normas constitucionais e dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens seguintes à luz do entendimento do STF.

O poder constituinte derivado decorrente autoriza os estados-membros a estabelecerem em suas Constituições estaduais disposições que, embora não estejam previstas pela CF, complementem-na.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Poder constituinte / Reforma e revisão constitucionais; limitação do poder de revisão; emendas à Constituição

Fonte: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES - ADVOGADO / TELEBRAS / 2015 / CESPE

Q71.

Julgue os itens seguintes, referentes ao habeas data, aos mecanismos de freios e contrapesos, ao processo legislativo, bem como à ação direta de inconstitucionalidade.

Considere que uma proposta de emenda constitucional tenha sido rejeitada em junho de 2015. Nesse caso, nova proposta de emenda versando sobre a mesma matéria pode ser proposta, ainda no ano de 2015, se for de iniciativa da maioria do Senado e da Câmara dos Deputados.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Controle de constitucionalidade / Conceito e sistemas de controle de constitucionalidade

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRF 1ª / 2017 / CESPE

Q72.

A respeito do controle de constitucionalidade no Brasil e das competências do Supremo Tribunal Federal, julgue os seguintes itens.

Órgão fracionário de tribunal que afaste a incidência, no todo ou em parte, de lei ou ato normativo, ainda que não declare expressamente a sua inconstitucionalidade, violará a cláusula de reserva de plenário.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Controle de constitucionalidade / Inconstitucionalidade: por ação e por omissão

Fonte: DEFENSOR PÚBLICO / DPE/DF / 2013 / CESPE

Q73.

Acerca do controle de constitucionalidade, julgue os itens seguintes.

Embora a regra geral do controle de constitucionalidade brasileiro seja o controle judicial repressivo, admite-se o controle político repressivo, por exemplo, quando o Congresso Nacional susta atos normativos do Poder Executivo que exorbitem os limites da delegação legislativa.

- CERTO

- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Controle de constitucionalidade / Sistema brasileiro de controle de constitucionalidade

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRF 1ª / 2017 / CESPE

Q74.

A respeito do controle de constitucionalidade no Brasil e das competências do Supremo Tribunal Federal, julgue os seguintes itens.

Ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade podem ser propostas, entre outros, pelo presidente da República, pelo presidente do Senado Federal, pelo presidente da Câmara dos Deputados e pelo procurador-geral da República.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Fundamentos constitucionais dos direitos e deveres fundamentais / Direitos e deveres individuais e coletivos

Fonte: AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO - ÁREA: AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO, OUVIDORIA E TRANSPARÊNCIA - CAMPO DE ATUAÇÃO: GERAL / Pref. João Pessoa/PB / 2018 / CESPE

Q75.

À luz do disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens a seguir, acerca dos princípios constitucionais e dos direitos fundamentais.

A obrigação financeira da pessoa falecida de reparar determinado dano pode ser estendida aos seus sucessores, sendo limitada ao valor do patrimônio transferido pela sucessão decorrente do óbito.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Fundamentos constitucionais dos direitos e deveres fundamentais / Direitos sociais

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRF 1ª / 2017 / CESPE

Q76.

Em relação à eficácia das normas constitucionais, aos direitos e garantias fundamentais e às disposições gerais constitucionais sobre os servidores públicos, julgue os itens a seguir.

A redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio da implementação de normas de saúde, higiene e segurança, é direito dos trabalhadores em geral, sendo aplicável também aos servidores ocupantes de cargos públicos.

- CERTO
 - ERRADO
-

Direito Constitucional / Fundamentos constitucionais dos direitos e deveres fundamentais / Nacionalidade

Fonte: AGENTE DE INTELIGÊNCIA / ABIN / 2018 / CESPE

Q77.

Julgue os itens seguintes, relativos ao direito de nacionalidade.

Os indivíduos que possuem multinacionalidade vinculam-se a dois requisitos de aquisição de nacionalidade primária: o direito de sangue e o direito de solo.

- CERTO
- ERRADO

Direito Constitucional / Fundamentos constitucionais dos direitos e deveres fundamentais / Cidadania e direitos políticos

Fonte: AGENTE DE INTELIGÊNCIA / ABIN / 2018 / CESPE

Q78.

Acerca dos direitos políticos, julgue os itens que se seguem.

A condenação pela prática de ato de improbidade administrativa é hipótese de que resulta perda dos direitos políticos.

- CERTO
- ERRADO

Direito Constitucional / Fundamentos constitucionais dos direitos e deveres fundamentais / Partidos políticos

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRF 1ª / 2017 / CESPE

Q79.

Acerca dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, julgue os itens a seguir.

Os partidos políticos possuem autonomia para definir sua estrutura interna, sua organização e seu funcionamento, sendo-lhes facultada a vinculação entre candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

- CERTO
- ERRADO

Direito Constitucional / Fundamentos constitucionais dos direitos e deveres fundamentais / Remédios do direito constitucional

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRF 1ª / 2017 / CESPE

Q80.

A respeito de mandado de segurança, ação popular, ação civil pública e ação de improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.

Na ação popular, o juiz determina a intimação do Ministério Público somente após a apresentação da defesa do réu.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Poder Legislativo / Fundamento, atribuições e garantias de independência

Fonte: AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO - ÁREA: AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO, OUVIDORIA E TRANSPARÊNCIA - CAMPO DE ATUAÇÃO: GERAL / Pref. João Pessoa/PB / 2018 / CESPE

Q81.

Julgue os itens subsequentes, relativos ao sistema tributário, ao sistema financeiro, ao orçamento público e ao controle externo conforme as disposições da CF.

Cabe ao Congresso Nacional exercer, entre outras competências, a fiscalização contábil da União, mediante controle externo.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Processo legislativo / Fundamento e garantias de independência, conceito, objetos, atos e procedimentos

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STM / 2018 / CESPE

Q82.

Com relação à organização dos poderes e às funções essenciais à justiça, julgue os itens a seguir.

Situação hipotética: Por iniciativa de deputado federal, tramitou e foi aprovado, no Congresso Nacional, projeto de lei que trata de regime jurídico dos militares das Forças Armadas.

Assertiva: Nessa situação, o projeto deverá ser vetado pelo presidente da República, porque existe vício de constitucionalidade formal.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Poder Executivo / Forma e sistema de governo; Chefia de Estado e chefia de governo

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRF 1ª / 2017 / CESPE

Q83.

Com relação aos Poderes Legislativo e Executivo, julgue os seguintes itens.

Independentemente de lei, o presidente da República pode, por decreto, dispor sobre a extinção de cargo público vago.

- CERTO
 - ERRADO
-

Direito Constitucional / Poder Executivo / Atribuições e responsabilidades do presidente da República

Fonte: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL - ESPECIALIDADE: DIREITO E LEGISLAÇÃO / SEE/DFT / 2017 / CESPE

Q84.

Julgue os próximos itens, relativos ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo.

Na hipótese de o presidente da República, antes da vigência do seu mandato, praticar um homicídio, a acusação terá de ser admitida por dois terços da Câmara de Deputados para, posteriormente, poder ser submetida a julgamento perante o Senado Federal.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Poder Judiciário / Disposições gerais

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRF 1ª / 2017 / CESPE

Q85.

A respeito do Poder Judiciário e das funções essenciais à justiça, julgue os itens que se seguem.

Os juízes adquirem vitaliciedade após dois anos de exercício; esse direito não depende de participação em curso oficial ou em curso reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Poder Judiciário / Supremo Tribunal Federal

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRF 1ª / 2017 / CESPE

Q86.

A respeito do controle de constitucionalidade no Brasil e das competências do Supremo Tribunal Federal, julgue os seguintes itens.

Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente os governadores dos estados e do Distrito Federal nos casos de crimes comuns e os ministros de Estado nos casos de crimes de responsabilidade.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Poder Judiciário / Superior Tribunal de Justiça

Fonte: AUXILIAR TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO - ADMINISTRATIVA / TCE/PA / 2016 / CESPE

Q87.

No que diz respeito aos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, julgue os itens subsequentes.

Se membro do TCE/PA cometer crime comum, ele será processado e julgado, originariamente, pelo Superior Tribunal de Justiça.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Poder Judiciário / Tribunais regionais federais e juízes federais

Fonte: ADMINISTRADOR / Polícia Federal / 2014 / CESPE

Q88.

Acerca dos direitos e garantias fundamentais, da aplicabilidade das normas constitucionais e da organização do poder judiciário, julgue os itens seguintes.

Em caso de grave violação dos direitos internacionais, o procurador-geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados de direitos internacionais dos quais o Brasil seja signatário, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a justiça federal.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Poder Judiciário / Tribunais e juízes dos estados

Fonte: DEFENSOR PÚBLICO / DPE/DF / 2013 / CESPE

Q89.

Julgue os itens a seguir, que versam sobre o Poder Judiciário, o MP e a DP, conforme o disposto na CF.

De acordo com a CF, é obrigação dos tribunais de justiça estaduais, dos tribunais regionais federais e dos tribunais regionais do trabalho a instalação da justiça itinerante com competência para realizar atividades jurisdicionais, inclusive audiências, dentro dos limites territoriais da respectiva jurisdição.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Poder Judiciário / Funções essenciais à justiça

Fonte: CARGO 7: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STJ / 2018 / CESPE

Q90.

Tendo como referência a jurisprudência dos tribunais superiores a respeito da organização administrativa e dos agentes públicos, julgue os itens a seguir.

O fato de a advocacia pública, no âmbito judicial, defender ocupante de cargo comissionado pela prática de ato no exercício de suas atribuições amolda-se à teoria da representação.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Defesa do Estado e das instituições democráticas / Segurança pública; Organização da segurança pública; Atribuições constitucionais da Polícia Federal

Fonte: PRIMEIRO-TENENTE / Corpo de Bombeiro Militar/CE / 2014 / CESPE

Q91.

No que se refere aos direitos e garantias fundamentais e às ações constitucionais, julgue os itens que se seguem.

De acordo com a CF, é assegurado aos trabalhadores celetistas e aos bombeiros militares o direito de sindicalização, contudo o direito de greve é garantido apenas aos celetistas, sendo vedado aos bombeiros militares.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Ordem social / Seguridade social

Fonte: AUDITOR / TCE/RN / 2015 / CESPE

Q92.

Com fundamento nas disposições constitucionais acerca da ordem econômica e financeira e da ordem social, julgue os itens que se seguem.

Os objetivos da seguridade social incluem a universalidade da cobertura e do atendimento, a equidade na forma de participação no custeio e a diversidade da base de financiamento.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Ordem social / Educação, cultura e desporto

Fonte: ASSESSOR TÉCNICO JURÍDICO / TCE/RN / 2015 / CESPE

Q93.

Com base no disposto na Constituição Federal de 1988 (CF) e na Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, julgue os itens subsequentes.

A CF estabelece que os entes da Federação devem organizar, em regime de colaboração, seus sistemas de ensino, cabendo aos estados atuar, prioritariamente, no ensino fundamental e no ensino médio.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Ordem social / Ciência e tecnologia

Fonte: AGENTE DE INTELIGÊNCIA / ABIN / 2018 / CESPE

Q94.

Com relação à ordem social, julgue os itens subsequentes.

A localização das usinas que vierem a operar com reator nuclear deverá ser definida em lei complementar estadual.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Ordem social / Comunicação social

Fonte: OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA - COMUNICAÇÃO SOCIAL/JORNALISMO / ABIN / 2010 / CESPE

Q95.

Tendo como base a legislação sobre comunicação atualmente em vigor no país, julgue os itens seguintes.

A Constituição Federal de 1988 garante ao cidadão brasileiro o direito de publicar, sem exigência de qualquer tipo de licença, veículos impressos de comunicação.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Ordem social / Meio ambiente

Fonte: CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / STJ / 2018 / CESPE

Q96.

Tendo em vista as disposições constitucionais e legais acerca de meio ambiente e política de sustentabilidade, julgue os itens subsequentes.

A administração pública federal, que abarca os órgãos do Poder Judiciário, poderá incluir no instrumento convocatório de suas contratações critérios e práticas sustentáveis, como a preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Constitucional / Ordem social / Família, criança, adolescente e idoso

Q97.

Com relação aos deveres do Estado para com a educação, de acordo com as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os próximos itens.

O atendimento gratuito na educação infantil deve ser garantido a todas as crianças de zero a cinco anos de idade.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Constitucional / Ordem social / Índios

Fonte: PROCURADOR / PGE/BA / 2014 / CESPE

Q98.

Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988 (CF) a respeito dos índios, dos idosos e da cultura, julgue os itens a seguir.

Os índios detêm o usufruto exclusivo das riquezas do solo, do subsolo, dos rios e dos lagos existentes nas terras por eles tradicionalmente ocupadas.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Civil / Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro / Pessoa natural

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STM / 2018 / CESPE

Q99.

De acordo com o Código Civil e considerando o entendimento doutrinário acerca das pessoas naturais, das obrigações e da prescrição e decadência, julgue os itens a seguir.

O companheiro do ausente na ocasião do desaparecimento deste deve ser considerado como seu curador legítimo e possui preferência, em relação aos pais ou descendentes da pessoa desaparecida, para exercer essa função.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Civil / Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro / Pessoa jurídica

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / PGE/AM / 2017 / CESPE

Q100.

Com relação a pessoas jurídicas de direito privado e bens públicos, julgue os itens a seguir.

As fundações privadas são de livre criação, organização e estruturação, cabendo aos seus instituidores definir os seus fins, que podem consistir na exploração de entidades com fins lucrativos nas áreas de saúde, educação ou pesquisa tecnológica, e outras de cunho social.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro / Domicílio

Fonte: AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO - CONTROLE EXTERNO - AUDITORIA GOVERNAMENTAL / TCU / 2015 / CESPE

Q101.

A respeito das pessoas naturais e jurídicas, dos fatos e negócios jurídicos e do disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, julgue os seguintes itens.

A definição do domicílio do servidor público depende de seu ânimo definitivo para estabelecer residência em determinado lugar.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro / Bens

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / PGE/AM / 2017 / CESPE

Q102.

Com relação a pessoas jurídicas de direito privado e bens públicos, julgue os itens a seguir.

Consideram-se bens públicos dominicais aqueles que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público como objeto de direito pessoal ou real, tais como os edifícios destinados a sediar a administração pública.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro / Fatos jurídicos

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / PGE/AM / 2017 / CESPE

Q103.

Acerca de direitos da personalidade, responsabilidade civil objetiva e prova de fato jurídico, julgue os itens seguintes.

A teoria da responsabilidade civil objetiva aplica-se a atos ilícitos praticados por agentes de autarquias estaduais.

- CERTO
 - ERRADO
-

Direito Civil / Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro / Prescrição e decadência

Fonte: ADVOGADO / EBSERH / 2018 / CESPE

Q104.

Considerando o que dispõe o Código Civil acerca das obrigações e dos institutos da prescrição e da decadência, julgue os itens que se seguem.

A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição e interrompida por qualquer interessado, na forma da lei.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro / Negócios jurídicos

Fonte: ADVOGADO / EBSERH / 2018 / CESPE

Q105.

Considerando o que dispõe o Código Civil acerca de negócios jurídicos e contratos, julgue os itens a seguir.

É nulo o negócio jurídico quando uma parte se obriga, por inexperiência, a prestação excessivamente onerosa, não sendo possível, nesse caso, uma revisão judicial desse negócio jurídico, uma vez que o erro prejudica sua validade.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Posse / Classificação, aquisição, efeitos e perda

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / PGE/AM / 2017 / CESPE

Q106.

Em cada um dos próximos itens, é apresentada uma situação hipotética a respeito de extinção dos contratos, direito de posse e aquisição da propriedade, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Determinada empresa adquiriu de Paulo a posse de um imóvel urbano particular que, havia alguns anos, ele ocupava de forma mansa, pacífica e com justo título. Nessa situação, para efeito de tempo exigido para a aquisição por usucapião, a empresa poderá contar com o tempo da posse exercida por Paulo.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Posse / Propriedade / Aquisição e perda da propriedade

Fonte: DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL / DPU / 2015 / CESPE

Q107.

Supondo que duas partes tenham estabelecido determinada relação jurídica, julgue os itens.

Caso uma das partes venha a transferir veículo gravado com propriedade fiduciária à outra parte, sem o consentimento desta, o terceiro poderá fazer uso da usucapião, desde que ultrapassados cinco anos, independentemente de título ou boa-fé.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Posse / Propriedade / Direito real sobre coisa alheia

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR / TJ/DFT / 2015 / CESPE

Q108.

Acerca dos direitos reais, julgue os itens seguintes.

O direito real de habitação do cônjuge ou companheiro sobrevivente recai sobre o imóvel em que residia o casal, desde que seja o único dessa natureza e que integre o patrimônio comum ou particular do cônjuge ou companheiro falecido no momento da abertura da sucessão. Esse direito persiste mesmo quando o imóvel pertencer a terceiros em copropriedade com o extinto.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Posse / Propriedade / Responsabilidade civil, teoria da culpa e do risco

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / PGE/AM / 2017 / CESPE

Q109.

A respeito de prescrição e obrigações, julgue os itens subsecutivos.

Situação hipotética: Isabel firmou com Davi contrato em que se comprometia a dar-lhe coisa certa em data aprazada.

Em função da mora no recebimento, ocasionada por Davi, a coisa estragou-se, sem que Isabel tenha concorrido para tal.

Assertiva: Nesse caso, Davi poderá exigir indenização equivalente à metade do dano suportado.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Comerciante ou empresário comercial / Condições para o exercício da atividade comercial; Obrigação e privilégios dos comerciantes

Fonte: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES - ADVOGADO / TELEBRAS / 2013 / CESPE

Q110.

Julgue os seguintes itens, referentes a locação de imóveis, estabelecimento comercial e empresário.

Apesar de ser um bem imaterial, a marca faz parte do estabelecimento do empresário, haja vista que possui feição econômica.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Comerciante ou empresário comercial / Sociedades comerciais: noções gerais, personalidade jurídica, dissolução e liquidação

Fonte: PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO / TCDF / 2013 / CESPE

Q111.

Acerca dos diversos tipos societários previstos legalmente, julgue os itens que se seguem.

A sociedade em nome coletivo configura espécie de sociedade personalizada e os seus sócios respondem sempre de maneira ilimitada e solidária pelas obrigações sociais.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Comerciante ou empresário comercial / Empresário

Fonte: DEFENSOR PÚBLICO / DPE/PE / 2015 / CESPE

Q112.

Considerando que Luciana e Carlos sejam casados em regime de comunhão parcial de bens há dez anos e tenham um filho, julgue os seguintes itens.

Luciana e Carlos poderão contratar sociedade com terceiros, mas não entre si.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Comerciante ou empresário comercial / Sociedades por ações

Fonte: PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO / TCDF / 2013 / CESPE

Q113.

Acerca dos diversos tipos societários previstos legalmente, julgue os itens que se seguem.

Em uma sociedade em comandita por ações, um indivíduo que dela não seja acionista poderá assumir cargo de administração, desde que ele seja eleito por meio de deliberação de assembleia válida e regularmente convocada.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Civil / Títulos de crédito / Atributos gerais

Fonte: PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO / MPE/RO / 2013 / CESPE

Q114.

Considerando o disposto no Código Civil acerca dos títulos de crédito, assinale a opção correta.

- A) É válido o endosso parcial de título ao portador.
- B) O endosso mandato perde a eficácia com a morte do endossante.
- C) É vedado o aval em branco.
- D) A nulidade da obrigação por incapacidade do avalizado não afasta a obrigação do avalista, não havendo vício de forma.
- E) Considera-se cessão de crédito o endosso feito no anverso do título ao portador.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Jurisdição

Fonte: CARGO 7: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STJ / 2018 / CESPE

Q115.

Julgue os itens a seguir, relativos à função jurisdicional.

A cooperação jurídica internacional segue parâmetros legais definidos em lei ordinária nacional.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Jurisdição constitucional das liberdades e seus principais mecanismos / Mandado de segurança individual e coletivo

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STM / 2018 / CESPE

Q116.

A respeito da repercussão geral da questão constitucional e do mandado de segurança, julgue os itens que se seguem.

Situação hipotética: Determinado juiz indeferiu mandado de segurança por verificar que o pedido visava impugnar ato praticado pelo presidente do STM, estando tal ato sujeito a recurso administrativo com efeito suspensivo.

Assertiva: Nessa situação, agiu corretamente o juiz.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Jurisdição constitucional das liberdades e seus principais mecanismos / Ação popular

Fonte: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL - ESPECIALIDADE: DIREITO E LEGISLAÇÃO / SEE/DFT / 2017 / CESPE

Q117.

Julgue os itens subsequentes, relativos à improcedência liminar do pedido e ao cumprimento de sentença.

Situação hipotética: Um ente do poder público federal firmou contrato de concessão de serviço de transporte de passageiro interestadual com uma empresa privada em desobediência às regras que exigem concorrência pública. **Assertiva:** Nesse caso, segundo interpretação do Superior Tribunal Federal, uma pessoa jurídica de direito privado que atue no ramo e que demonstre ter interesse em explorar tal serviço terá

legitimidade ativa para propor ação popular com o fim de obter a declaração de nulidade do referido contrato de concessão.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Jurisdição constitucional das liberdades e seus principais mecanismos / Ação civil pública

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / PGE/AM / 2017 / CESPE

Q118.

Julgue os itens subsequentes, relativos a ação civil pública, mandado de segurança e ação de improbidade administrativa.

Situação hipotética: O estado do Amazonas, por intermédio de sua procuradoria, ajuizou ação civil pública na justiça estadual do Amazonas, com o objetivo de prevenir danos ao meio ambiente. Paralelamente, o MPF ingressou com ação idêntica na justiça federal, seção judiciária do Amazonas.

Assertiva: Nesse caso, as respectivas ações deverão ser reunidas na justiça federal da seção judiciária do Amazonas.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Tutela / Tutelas jurídica e jurisdicional; tutelas processual e satisfativa; tutelas inicial e final

Fonte: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL - ESPECIALIDADE: DIREITO E LEGISLAÇÃO / SEE/DFT / 2017 / CESPE

Q119.

Acerca do Ministério Público e da tutela de urgência, julgue os próximos itens.

Concedida e efetivada a tutela provisória de urgência antecipada em caráter antecedente, se o réu não interpuser recurso contra essa decisão, a tutela concedida se estabilizará mesmo que o processo seja extinto sem resolução de mérito. Todavia, essa decisão poderá ser revista, reformada ou invalidada a pedido da parte interessada no prazo de dois anos, contados da ciência da decisão que extinguir o processo.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Tutela / Tutelas de urgência e da evidência: conceito, espécies, extensão, profundidade

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRF 1ª / 2017 / CESPE

Q120.

A respeito da petição inicial, da tutela provisória, da suspensão do processo e das nulidades, julgue os próximos itens à luz do Código de Processo Civil vigente.

Para a concessão da tutela de evidência, é exigido que a parte demonstre o perigo de dano ao direito alegado.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Tutela / Antecipação dos efeitos da tutela: natureza, conceito, características, limites e estabilização da tutela provisória

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / PGE/AM / 2017 / CESPE

Q121.

Acerca de tutela provisória, cumprimento de sentença e processos nos tribunais, julgue os itens a seguir.

A tutela provisória antecipada poderá ser concedida em caráter antecedente, liminarmente e incidentalmente a qualquer tempo, ao passo que a tutela provisória cautelar só poderá ser concedida em caráter antecedente.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Tutela / Tutela cautelar: natureza e conceito; distinção em relação à antecipação de tutela; Poder geral de cautela

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / PGE/AM / 2017 / CESPE

Q122.

Julgue os itens subsequentes, relativos a ação civil pública, mandado de segurança e ação de improbidade administrativa.

Caso receba provas contundentes da prática de ato de improbidade por agente público, o MP poderá requerer tutela provisória de natureza cautelar determinando o sequestro dos bens do referido agente.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Civil / Da formação, da suspensão e da extinção do processo

Fonte: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - PROCURADORIA / TCE/PA / 2016 / CESPE

Q123.

Acerca da formação, da suspensão e da extinção do processo, julgue os itens a seguir.

Quando da extinção do processo, o pronunciamento judicial se dará por sentença.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Empresarial / Direito comercial / Origem; evolução histórica; autonomia; fontes; características

Fonte: PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL, CATEGORIA I / PGE/DF / 2013 / CESPE

Q124.

Julgue o item a seguir, a respeito de fatos históricos relacionados à evolução do direito empresarial.

Os títulos de créditos originaram-se, na Idade Média, em virtude de os comerciantes italianos não desejarem levar grandes quantidades de moeda em suas viagens e ao fato de que cada cidade podia cunhar a sua própria. Esses comerciantes, então, depositavam o valor de que necessitavam em um banco e este emitia documentos que consubstanciavam promessa ou ordem de pagamento e que, apresentados ao seu correspondente, autorizavam o recebimento da quantia neles mencionada, na moeda corrente no lugar da apresentação.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Empresarial / Direito comercial / Empresário: caracterização; inscrição; capacidade; teoria da empresa e seus perfis

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / PGE/AM / 2017 / CESPE

Q125.

No que concerne ao direito empresarial em sentido amplo, julgue os itens a seguir.

Pessoa física pode exercer a atividade como empresário individual, que é a figura jurídica normatizada como sociedade individual de responsabilidade limitada.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Empresarial / Teoria geral dos títulos de créditos / Títulos de créditos: letra de câmbio; cheque; nota promissória; duplicata; Aceite; aval; endosso; protesto; prescrição

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / PGE/AM / 2017 / CESPE

Q126.

No que concerne ao direito empresarial em sentido amplo, julgue os itens a seguir.

A promoção prévia de protesto válido do título é condição para que o credor de título de crédito válido mova uma ação de execução contra o devedor principal.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Empresarial / Teoria geral do direito societário / Conceito de sociedade; personalização da sociedade

Fonte: AUDITOR / TCE/RN / 2015 / CESPE

Q127.

Com base nas normas aplicáveis às sociedades em geral, julgue os itens que se seguem.

Na constituição de uma sociedade de propósito específico, deve-se eleger um dos tipos societários previstos em lei para essa finalidade, que não incluem, por exemplo, a sociedade em conta de participação.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Empresarial / Teoria geral do direito societário / Classificação das sociedades / Sociedades personificadas

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA / TJ/DFT / 2015 / CESPE

Q128.

Julgue os itens seguintes, relativos a obrigações, desconsideração da personalidade jurídica e propriedade.

Ao acolher requerimento de desconsideração da personalidade jurídica feita com fulcro no Código Civil, o juiz deve determinar a substituição da pessoa jurídica por seus sócios: com a dissolução da pessoa jurídica decorrente da desconsideração, os sócios passam a ser os responsáveis pela obrigação da sociedade.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Empresarial / Teoria geral do direito societário / Classificação das sociedades / Sociedade simples

Fonte: ANALISTA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA JÚNIOR / CNPq / 2011 / CESPE

Q129.

Com base no que dispõe a legislação empresarial, julgue os itens seguintes.

Uma sociedade de natureza artística constituída por dois músicos deve ser classificada como sociedade empresária.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Empresarial / Teoria geral do direito societário / Classificação das sociedades / Sociedade em comandita por ações

Fonte: DEFENSOR PÚBLICO SUBSTITUTO / DPE/ES / 2012 / CESPE

Q130.

Julgue os itens seguintes, relativos ao direito empresarial.

Nas sociedades personificadas previstas no Código Civil, admite-se o acordo de sócios, por aplicação analógica das normas relativas às sociedades por ações pertinentes ao acordo de acionistas.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Fonte: PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL, CATEGORIA I / PGE/DF / 2013 / CESPE

Q131.

Julgue os itens que se seguem, relativos aos critérios para a submissão ao CADE dos atos de concentração empresarial.

A soma dos faturamentos anuais dos grupos que busquem unir-se deve, para a submissão ao CADE do ato de concentração empresarial, atingir determinado valor, previsto expressamente na lei, independentemente de um dos grupos ter tido pequeno faturamento no período.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Empresarial / Teoria geral do direito societário / Sociedade limitada; sociedade anônima

Fonte: DELEGADO DE POLÍCIA / Polícia Federal / 2013 / CESPE

Q132.

Julgue os itens seguintes, relativos ao direito empresarial.

Apesar de os gregos e os fenícios serem historicamente associados a atividades de compra e troca, o surgimento do direito comercial de forma organizada corresponde à ascensão da classe burguesa na Idade Média. À medida que artesãos e comerciantes europeus se reuniam em corporações de ofícios, surgiam normas destinadas a disciplinar os usos e costumes comerciais da época.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Empresarial / Teoria geral do direito societário / Estabelecimento empresarial

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / PGE/AM / 2017 / CESPE

Q133.

No que concerne ao direito empresarial em sentido amplo, julgue os itens a seguir.

Dado o princípio constitucional de livre iniciativa, é permitido ao empresário iniciar suas atividades comerciais concomitantemente com o pedido de sua inscrição no registro público de empresas mercantis.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Empresarial / Teoria geral do direito societário / Recuperação judicial; recuperação extrajudicial; falência do empresário e da sociedade empresária

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / PGE/AM / 2017 / CESPE

Q134.

Ainda com relação ao direito empresarial em sentido amplo, julgue os itens que se seguem.

Se a falência for decretada por sentença em processo de falência, todos os bens do falido tornar-se-ão indisponíveis, mesmo aqueles que façam parte das atividades normais do devedor, se autorizada a continuação provisória destas.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Empresarial / Teoria geral do direito societário / Institutos complementares do direito empresarial: registro; nome; prepostos; escrituração; propriedade industrial

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / PGE/AM / 2017 / CESPE

Q135.

Ainda com relação ao direito empresarial em sentido amplo, julgue os itens que se seguem.

Sociedade empresária poderá ser registrada tanto nos órgãos de registro de comércio quanto nos cartórios de títulos, devendo a sociedade simples ser obrigatoriamente registrada em cartório de registro de pessoas jurídicas.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Introdução ao direito penal / Conceito, caracteres e função do direito penal; Princípios básicos do direito penal; Relações com outros ramos do direito

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR / TJ/DFT / 2015 / CESPE

Q136.

Em relação à aplicação, à interpretação e à integração da lei penal, julgue os itens seguintes.

O instituto da abolição criminis refere-se à supressão da conduta criminosa nos aspectos formal e material, enquanto o princípio da continuidade normativo-típica refere-se apenas à supressão formal.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / A lei penal

Fonte: ADVOGADO / EBSERH / 2018 / CESPE

Q137.

Com referência à lei penal no tempo, ao erro jurídico-penal, ao concurso de agentes e aos sujeitos da infração penal, julgue os itens que se seguem.

Situação hipotética: Um crime foi praticado durante a vigência de lei que cominava pena de multa para essa conduta. Todavia, no decorrer do processo criminal, entrou em vigor nova lei, que, revogando a anterior, passou a atribuir ao referido crime a pena privativa de liberdade. **Assertiva:** Nessa situação, dever-se-á aplicar a lei vigente ao tempo da prática do crime.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Teoria geral do crime / Conceito, objeto, sujeitos, conduta, tipicidade, culpabilidade; Ilícitude; Teoria geral da culpabilidade; Crime doloso e crime culposos; Crime qualificado pelo resultado e crime preterdoloso

Fonte: ADVOGADO / EBSERH / 2018 / CESPE

Q138.

Com referência à lei penal no tempo, ao erro jurídico-penal, ao concurso de agentes e aos sujeitos da infração penal, julgue os itens que se seguem.

Para a punição de um partícipe que colabore com a conduta delituosa, é preciso que o fato principal seja típico, ilícito, culpável e punível.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Teoria geral do crime / Concurso de crimes e crime continuado

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STM / 2018 / CESPE

Q139.

Acerca dos institutos do erro de tipo, do erro de proibição e do concurso de pessoas, julgue os itens subsequentes.

Inexiste, no ordenamento jurídico, a possibilidade de as condições e circunstâncias de caráter pessoal de um agente se comunicarem com as de outro agente que seja coautor de um crime.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Teoria do tipo / Erro de tipo

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STM / 2018 / CESPE

Q140.

Acerca dos institutos do erro de tipo, do erro de proibição e do concurso de pessoas, julgue os itens subsequentes.

O erro de proibição evitável exclui a culpabilidade.

- CERTO
- ERRADO

Direito Penal / Teoria do tipo / Crimes comissivos e omissivos

Fonte: ESCRIVÃO DE POLÍCIA / Polícia Civil/DF / 2013 / CESPE

Q141.

Acerca do direito penal, julgue os itens subsecutivos.

É possível, do ponto de vista jurídico-penal, participação por omissão em crime comissivo.

- CERTO
- ERRADO

Direito Penal / Teoria do tipo / Consumação e tentativa; Crime impossível

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRF 1ª / 2017 / CESPE

Q142.

Julgue os próximos itens, relativos ao instituto da tentativa.

Crime culposo não admite tentativa.

- CERTO
- ERRADO

Direito Penal / Teoria do tipo / Desistência voluntária e arrependimento eficaz; Arrependimento posterior

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRF 1ª / 2017 / CESPE

Q143.

Acerca dos institutos penais da desistência voluntária, do arrependimento eficaz e do arrependimento posterior, julgue os itens a seguir.

É admissível a incidência do arrependimento eficaz nos crimes perpetrados com violência ou grave ameaça.

- CERTO
- ERRADO

Direito Penal / Concurso de agentes / Autoria e participação; conduta delituosa; resultado; relação de causalidade; imputação.

Fonte: INSPECTOR DE CONTROLE EXTERNO - ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE, DIREITO OU ECONOMIA / TCE/RN / 2015 / CESPE

Q144.

Acerca do concurso de pessoas e dos princípios de direito penal, julgue os itens seguintes.

No concurso de pessoas, o auxílio prestado ao agente, quando não iniciada a execução do crime, é passível de punição.

- CERTO

- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Teoria geral da pena / Cominação de penas

Fonte: DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL / DPU / 2015 / CESPE

Q145.

No que tange ao entendimento sumulado do STJ a respeito das espécies, da cominação e da aplicação de penas e do regime de execução de penas em espécie, julgue os itens subsecutivos.

A gravidade abstrata do delito justifica o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, independentemente de a pena-base ter sido fixada no mínimo legal.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Teoria geral da pena / Penas privativas de liberdade; Penas restritivas de direitos; Regimes de pena; Pena pecuniária

Fonte: DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL / DPU / 2015 / CESPE

Q146.

Gerson, com vinte e um anos de idade, e Gilson, com dezesseis anos de idade, foram presos em flagrante pela prática de crime. Após regular tramitação de processo nos juízos competentes, Gerson foi condenado pela prática de extorsão mediante sequestro e Gilson, por cometimento de infração análoga a esse crime.

Com relação a essa situação hipotética, julgue os próximos itens.

No cumprimento da pena em regime fechado, Gerson poderá, para fins de remição, cumular atividades laborativas com atividades típicas do ensino fundamental. Nessa hipótese, para cada três dias de trabalho e estudo concomitante, serão abatidos dois dias de sua pena.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Teoria geral da pena / Medidas de segurança

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA / TJ/DFT / 2015 / CESPE

Q147.

Com relação à aplicação da pena, à medida de segurança e ao instituto da prescrição, julgue os itens que se seguem.

Segundo o entendimento pacificado do STJ, a execução de medida de segurança perdurará enquanto não cessar a periculosidade do inimputável, sujeitando-se, independentemente do delito, ao tempo máximo de duração de trinta anos.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Teoria geral da pena / Aplicação da pena

Fonte: OFICIAL DE INTELIGÊNCIA - ÁREA 1 / ABIN / 2018 / CESPE

Q148.

No que se refere aos tipos penais, julgue os próximos itens.

Situação hipotética: Durante uma inundação, Abel interrompeu dolosamente o serviço telefônico da região.

Assertiva: Nessa situação, Abel responderá por crime previsto na Lei de Interceptação Telefônica, com a circunstância agravante de tê-lo praticado durante calamidade pública.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Teoria geral da pena / Livramento condicional

Fonte: DEFENSOR PÚBLICO / DPE/DF / 2013 / CESPE

Q149.

De acordo com a Lei de Execução Penal, julgue os itens subsequentes.

É pacificado, na jurisprudência do STJ, o entendimento de que o cometimento de falta disciplinar de natureza grave pelo condenado que cumpre pena privativa de liberdade interrompe o prazo para a obtenção do livramento condicional.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Teoria geral da pena / Suspensão condicional da pena

Fonte: DEFENSOR PÚBLICO - CLASSE INICIAL / DPE/BA / 2010 / CESPE

Q150.

Acerca da aplicação do direito penal e do entendimento jurisprudencial firmado nos tribunais superiores, julgue os itens seguintes.

Aplica-se a suspensão condicional da pena, levando-se em consideração a sanção penal abstratamente prevista para crime para o qual esteja prevista pena privativa de liberdade cujo patamar máximo seja de dois anos, suspendendo-se a execução, por dois a quatro anos, desde que o réu não seja reincidente e as circunstâncias legais e judiciais sejam favoráveis ao apenado, e não seja indicada substituição por pena restritiva de direitos.

- CERTO
 - ERRADO
-

Direito Penal / Teoria geral da pena / Efeitos da condenação

Fonte: PRIMEIRO-TENENTE / Corpo de Bombeiro Militar/CE / 2014 / CESPE

Q151.

Com relação ao conceito de crime, à lei penal no tempo e aos demais institutos previstos na parte geral do Código Penal, julgue os itens seguintes.

A obrigação de indenizar o dano causado pelo crime é efeito da condenação, portanto, caso lei posterior desconsidere a conduta como crime, essa obrigação desaparecerá.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Extinção da punibilidade

Fonte: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - DIREITO / TCE/SC / 2016 / CESPE

Q152.

Em relação ao direito penal, julgue os itens a seguir.

Em se tratando de crimes em que somente se procede mediante queixa, o perdão do ofendido obsta ao prosseguimento da ação. Entretanto, não extingue a punibilidade se ofertado após o trânsito em julgado da sentença condenatória. Além disso, concedido por um dos ofendidos, o perdão não prejudica o direito dos outros.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Imputabilidade penal

Fonte: OFICIAL DE INTELIGÊNCIA - ÁREA 1 / ABIN / 2018 / CESPE

Q153.

À luz do Código Penal, julgue os itens que se seguem.

Comprovado que o acusado possui desenvolvimento mental incompleto e que não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito de sua conduta, é cabível a condenação com redução de pena.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Crimes / Crimes contra a pessoa

Fonte: ADVOGADO / EBSERH / 2018 / CESPE

Q154.

Com referência à lei penal no tempo, ao erro jurídico-penal, ao concurso de agentes e aos sujeitos da infração penal, julgue os itens que se seguem.

Situação hipotética: Um agente, com a livre intenção de matar desafeto seu, disparou na direção deste, mas atingiu fatalmente pessoa diversa, que se encontrava próxima ao seu alvo.

Assertiva: Nessa situação, configurou-se o erro sobre a pessoa e o agente responderá criminalmente como se tivesse atingido a pessoa visada.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Crimes / Crimes contra o patrimônio

Fonte: INSPETOR DE CONTROLE EXTERNO - ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE, DIREITO OU ECONOMIA / TCE/RN / 2015 / CESPE

Q155.

Julgue os itens subsequentes acerca dos delitos previstos na parte especial do Código Penal.

O furto praticado por um irmão em desfavor do outro deve ser considerado isento de pena, por expressa previsão legal.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Crimes / Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos

Fonte: PRIMEIRO-TENENTE / Polícia Militar/CE / 2014 / CESPE

Q156.

Julgue os itens seguintes, referentes ao crime e seus elementos e ao fato típico.

A perturbação de cerimônia funerária realizada em igreja presbiteriana configurará crime contra o sentimento religioso, dado princípio da especialidade.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Crimes / Crimes contra a dignidade sexual

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA / TRE/GO / 2015 / CESPE

Q157.

No que se refere aos crimes contra o patrimônio, contra a dignidade sexual e contra a fé e a administração públicas, julgue os itens que se seguem.

Cometerá o crime de estupro a mulher que constranger homem, mediante grave ameaça, a com ela praticar conjunção carnal.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Crimes / Crimes contra a família

Fonte: OFICIAL / Polícia Militar/DF / 2010 / CESPE

Q158.

Em relação aos crimes contra a pessoa e contra o patrimônio e ao concurso de pessoas, julgue os itens subsequentes.

A mãe que abandona o filho recém-nascido em um local ermo para ocultar a própria desonra pratica o delito de abandono de incapaz.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Crimes / Crimes contra a incolumidade pública

Fonte: AGENTE DE INTELIGÊNCIA / ABIN / 2018 / CESPE

Q159.

Acerca dos crimes contra a incolumidade pública, julgue os itens que se seguem.

A conduta de disseminar germes patológicos com o objetivo de infectar plantas e animais não configura o crime de epidemia.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Crimes / Crimes contra a paz pública

Fonte: AGENTE DE INTELIGÊNCIA / ABIN / 2018 / CESPE

Q160.

Julgue os itens seguintes, a respeito dos crimes contra a paz pública.

Os tipos penais definidos como incitação ao crime e apologia de crime são espécies de crimes contra a paz pública.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Crimes / Crimes contra a fé pública

Fonte: AGENTE DE INTELIGÊNCIA / ABIN / 2018 / CESPE

Q161.

No que se refere aos crimes contra a fé pública, julgue os itens seguintes.

A falsificação de documento público e a falsificação de documento particular são consideradas crimes contra a fé pública, sendo a pena imputada ao primeiro tipo penal superior à do segundo.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Crimes / Crimes contra a administração pública

Fonte: AGENTE DE INTELIGÊNCIA / ABIN / 2018 / CESPE

Q162.

Acerca dos crimes contra a administração pública, julgue os itens a seguir.

Situação hipotética: Com o intuito de prejudicar a candidatura de Flávio, seu concorrente eleitoral, Alberto procurou uma delegacia de polícia e imputou falsamente a Flávio os crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Reduzida a termo essas declarações, a autoridade policial instaurou inquérito policial para apurar os delitos. **Assertiva:** Nessa situação, Alberto responderá pelo crime de fraude processual.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Crimes / Crimes contra as finanças públicas

Fonte: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ADMINISTRATIVA - DIREITO / TCE/PA / 2016 / CESPE

Q163.

Com base no Código Penal e na jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os itens a seguir, a respeito dos crimes contra a administração pública.

O crime de ordenação de despesa não autorizada é de natureza material, consumando-se no momento em que a despesa é efetuada.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Crimes / Lei nº 11.343/2006 e suas alterações (Tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes)

Fonte: DEFENSOR PÚBLICO DA UNIÃO / DPU / 2017 / CESPE

Q164.

Tendo como referência as disposições da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006) e a jurisprudência pertinente, julgue os itens subsecutivos.

Situação hipotética: Com o intuito de vender maconha em bairro nobre da cidade onde mora, Mário utilizou o transporte público para transportar 3 kg dessa droga. Antes de chegar ao destino, Mário foi abordado por policiais militares, que

o prenderam em flagrante. **Assertiva:** Nessa situação, Mário responderá por tentativa de tráfico, já que não chegou a comercializar a droga.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Crimes / Lei nº 12.850/2013 e suas alterações (Crime organizado)

Fonte: AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO - CONTROLE EXTERNO - AUDITORIA GOVERNAMENTAL / TCU / 2015 / CESPE

Q165.

Em relação ao disposto na Lei n.º 12.850/2013, que trata de crime organizado, julgue os itens a seguir.

Em razão de essa lei ser o que se denomina novatio legis incriminadora, sua aplicação restringe-se aos casos em que a prática dos crimes tenha se dado a partir da data de início de sua vigência, sob pena de violação ao princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Crimes / Lei nº 8.137/1990 e suas alterações (Crimes contra a ordem econômica e tributária e as relações de consumo)

Fonte: AGENTE DE POLÍCIA / Polícia Civil/DF / 2013 / CESPE

Q166.

Com base na Lei n.º 8.137/1990, que define os crimes contra a ordem tributária e econômica e contra as relações de consumo, julgue os itens que se seguem.

Constitui crime contra as relações de consumo ter em depósito, mesmo que não seja para vender ou para expor à venda, mercadoria em condições impróprias para o consumo.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Crimes / Lei nº 9.613/1998 e suas alterações (Lavagem de dinheiro)

Fonte: OFICIAL DE INTELIGÊNCIA - ÁREA 1 / ABIN / 2018 / CESPE

Q167.

Com relação às leis penais especiais, julgue os itens seguintes.

A caracterização do crime de lavagem de dinheiro depende de o agente dissimular a origem ou a propriedade de bens ou valores provenientes de infração penal prevista em rol taxativo da lei que disciplina a matéria.

- CERTO
 - ERRADO
-

Direito Penal / Crimes / Lei nº 8.176/1991 (Crimes contra a ordem econômica)

Fonte: ADVOGADO / AGU / 2012 / CESPE

Q168.

No que se refere a competência, prova, ação policial controlada e suspensão condicional do processo, julgue os itens seguintes.

Consoante a jurisprudência do STJ, compete, em regra, à justiça estadual processar e julgar os casos que envolvam crimes previstos nas Leis n.º 8.137/1990 e n.º 8.176/1991, quando relacionados à adulteração de combustível.

- CERTO
- ERRADO

Direito Penal / Crimes / Lei nº 8.072/1990 e suas alterações (Crimes hediondos)

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR / TJ/DFT / 2015 / CESPE

Q169.

A respeito dos crimes hediondos, julgue o item que se segue.

O crime de lesão corporal dolosa de natureza gravíssima é hediondo quando praticado contra cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo de até terceiro grau, de agente da Polícia Rodoviária Federal e integrante do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, em razão dessa condição.

- CERTO
- ERRADO

Direito Penal / Crimes / Lei nº 7.716/1989 e suas alterações (Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor)

Fonte: PRIMEIRO-TENENTE / Polícia Militar/CE / 2014 / CESPE

Q170.

À luz das Leis n.º 10.826/2003 (que institui o Estatuto do Desarmamento), n.º 8.072/1990 (que trata de crimes hediondos) e n.º 7.716/1989 (que versa sobre crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor), julgue os itens seguintes.

Configura crime o ato de veicular ornamento ou propaganda que utilize a cruz suástica ou gamada, com a finalidade de divulgação do nazismo.

- CERTO
- ERRADO

Direito Penal / Crimes / Lei nº 9.455/1997 e suas alterações (Crimes de tortura)

Fonte: DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL / DPU / 2015 / CESPE

Q171.

Em relação aos crimes contra a fé pública, aos crimes contra a administração pública, aos crimes de tortura e aos crimes contra o

meio ambiente, julgue os itens a seguir.

Caracteriza uma das espécies do crime de tortura a conduta consistente em, com emprego de grave ameaça, constranger outrem em razão de discriminação racial, causando-lhe sofrimento mental.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Penal / Crimes / Lei nº 9.605/1998 e suas alterações (Crimes contra o meio ambiente)

Fonte: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - FISCALIZAÇÃO - DIREITO - CARGO 24 / TCE/PA / 2016 / CESPE

Q172.

Cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada de acordo com o Código Penal, com a legislação penal extravagante e com a jurisprudência do STJ.

O Ministério Público ofereceu denúncia contra pessoa jurídica e seus representantes legais (pessoas físicas) pela prática de delito ambiental previsto na Lei nº 9.605/1998.

Os representantes legais da pessoa jurídica foram absolvidos sumariamente. Nessa situação, é possível a responsabilização penal da pessoa jurídica por delitos ambientais independentemente da responsabilização concomitante das pessoas físicas que agiam em seu nome.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Penal / Crimes / Crimes de responsabilidade (Decreto-Lei nº 201/1967 e suas alterações, Lei nº 1.079/1950 e suas alterações e Lei nº 8.176/1991)

Fonte: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ADMINISTRATIVA - DIREITO / TCE/PA / 2016 / CESPE

Q173.

Com base no disposto na Lei nº 1.079/1950, no Decreto-lei nº 201/1967 e na jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os seguintes itens.

É coautor de crime de responsabilidade praticado por prefeitos o vereador que se utiliza indevidamente de veículo do município cedido pelo prefeito e se envolve em sinistro, causando considerável prejuízo ao erário público.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Direito Penal / Crimes / Lei nº 11.101/2005 e suas alterações (Crimes falimentares)

Fonte: CARGO 7: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STJ / 2018 / CESPE

Q174.

Diversas modificações foram feitas na Lei de Recuperação Judicial — Lei nº 11.101/2005 —, entre elas, o fim da sucessão empresarial e a busca pela preservação da empresa.
Com referência ao disposto

na referida norma e em suas alterações, julgue os itens a seguir.

Apesar de disposição legal em contrário, a jurisprudência permite que seja ampliado o prazo legal de suspensão das execuções contra o devedor no processo de recuperação judicial.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Crimes / Lei nº 8.666/1993 e suas alterações (Crimes nas licitações e contratos da administração pública)

Fonte: PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL, CATEGORIA I / PGE/DF / 2013 / CESPE

Q175.

Com referência às penas e à sua aplicação, julgue os seguintes itens.

Conforme a jurisprudência atual do STJ, o crime de dispensar ou não exigir licitação só se configura quando há prova do dolo específico do agente em causar dano à administração pública e do prejuízo efetivo ao erário, não sendo bastante o dolo genérico de desobedecer às normas legais do procedimento licitatório.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Lei nº 4.898/1965 e suas alterações (Direito de representação e processo de responsabilidade administrativa, civil e penal nos casos de abuso de autoridade)

Fonte: AGENTE DE INTELIGÊNCIA / ABIN / 2018 / CESPE

Q176.

Com base no disposto na Lei nº 4.898/1965, que trata do abuso de autoridade, julgue os itens a seguir.

As sanções administrativas previstas para o crime de abuso de autoridade aplicam-se de acordo com a gravidade da conduta praticada e incluem a perda do cargo e a inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública pelo prazo legal.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Lei nº 10.826/2003 e suas alterações (Estatuto do desarmamento)

Fonte: AGENTE DE INTELIGÊNCIA / ABIN / 2018 / CESPE

Q177.

À luz do disposto no Estatuto do Desarmamento — Lei nº 10.826/2003 —, julgue os itens que se seguem.

O interessado em adquirir arma de fogo de uso permitido deve atender a alguns requisitos, como idoneidade, ocupação lícita, residência certa, capacidade técnica e aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, bem como declarar a efetiva

necessidade da aquisição.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Lei nº 5.553/1968 e suas alterações (Apresentação e uso de documento de identificação pessoal)

Fonte: PRIMEIRO-TENENTE / Polícia Militar/CE / 2014 / CESPE

Q178.

Julgue os próximos itens, em conformidade com o que preceituam as Leis n.º 5.553/1968 (a respeito da apresentação e do uso de documento de identificação pessoal), n.º 4.898/1965 (relativa ao direito de representação e ao processo de responsabilidade nos casos de abuso de autoridade) e n.º 9.455/1997 (que define os crimes de tortura).

A retenção de documento de identificação pessoal é proibida, sendo possível somente para a realização de ato em que se exija a apresentação de documento de identificação, nesse caso, a pessoa que fizer a exigência poderá fazer a retenção por até cinco dias, não podendo ser o prazo prorrogado.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Lei nº 8.078/1990 e suas alterações (Código de proteção e defesa do consumidor)

Fonte: ESCRIVÃO DE POLÍCIA / Polícia Civil/DF / 2013 / CESPE

Q179.

Em relação aos crimes de tortura (Lei nº 9.455/1997), aos crimes contra as relações de consumo (Lei nº 8.078/1990) e aos juizados especiais criminais (Lei nº 9.099/1995), julgue os itens que se seguem.

Todos os crimes contra as relações de consumo são considerados de menor potencial ofensivo. Portanto, admitem transação e os demais benefícios previstos na lei que dispõe sobre os juizados especiais criminais.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Penal / Lei nº 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente)

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR / TJ/DFT / 2015 / CESPE

Q180.

Com relação às infrações penais, julgue os próximos itens.

Comete contravenção penal o comerciante que vende, fornece, serve, ministra ou entrega bebida alcoólica a criança ou a adolescente, conduta considerada, ainda, infração administrativa pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

- CERTO
- ERRADO

Direito Penal / Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (Execução penal)

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRF 1ª / 2017 / CESPE

Q181.

Com relação às questões e aos processos incidentes, à interceptação telefônica e à prisão temporária, julgue os itens subsequentes.

Tanto a autoridade policial, no curso das investigações, quanto o juiz, no curso da ação penal, podem ordenar, ex officio ou mediante requerimento do Ministério Público, o sequestro dos bens móveis adquiridos com os proventos logrados pela prática da infração penal.

- CERTO
- ERRADO

Direito Penal / Lei nº 9.099/1995 e suas alterações (Juizados especiais criminais)

Fonte: PRIMEIRO-TENENTE / Polícia Militar/CE / 2014 / CESPE

Q182.

Acerca da prisão, do inquérito policial (IP) e da ação penal, julgue os itens que se seguem.

De regra, tratando-se de infrações penais de menor potencial ofensivo, é dispensável a instauração de IP pela autoridade policial competente, cabendo, no entanto, o relato circunstanciado dos fatos em termo próprio e o seu encaminhamento imediato ao juizado com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

- CERTO
- ERRADO

Direito Penal / Lei 10.741/2003 e suas alterações (Crimes cometidos contra idosos)

Fonte: AGENTE DE POLÍCIA / Polícia Civil/DF / 2013 / CESPE

Q183.

No que se refere ao Estatuto do Idoso, julgue os itens que se seguem.

A pessoa jurídica poderá ser responsabilizada, nos termos da lei, pela inobservância das normas que visem prevenir a ameaça ou a violação aos direitos do idoso.

- CERTO
- ERRADO

Direito Processual Penal / Direito processual penal / Princípios gerais, conceito, finalidade, características

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STM / 2018 / CESPE

Q184.

A respeito dos princípios constitucionais e gerais do direito processual penal, julgue os itens a seguir.

A lei não poderá restringir a divulgação de nenhum ato processual penal, sob pena de ferir o princípio da publicidade.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Direito processual penal / Lei processual penal: fontes, eficácia, interpretação, analogia, imunidades

Fonte: DEFENSOR PÚBLICO / DPE/PE / 2015 / CESPE

Q185.

Acerca de aspectos diversos do processo penal brasileiro, cada um dos próximos itens apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Alberto e Adriano foram presos em flagrante delito. O juiz que analisou a prisão em flagrante concedeu a Alberto a liberdade provisória mediante o recolhimento de fiança arbitrada em um salário mínimo. Quanto a Adriano, foi-lhe decretada a prisão preventiva. Antes que o autuado Alberto recolhesse o valor da fiança e que a DP impetrasse habeas corpus em favor de Adriano, entrou em vigor lei processual penal nova mais gravosa, que tratou tanto da fiança quanto da prisão preventiva. Nessa situação, a lei processual penal nova que tratou da fiança aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior. Entretanto, à prisão preventiva aplicar-se-ão os dispositivos que forem mais favoráveis ao interessado.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Inquérito policial / Histórico; natureza; conceito; finalidade; características; fundamento; titularidade; grau de cognição; valor probatório; formas de instauração; notícia criminis; delatio criminis; procedimentos investigativos; indiciamento; garantias do investigado; conclusão; prazos

Fonte: ADVOGADO / EBSERH / 2018 / CESPE

Q186.

Quanto ao inquérito policial, à ação penal, às regras de fixação de competência e às disposições processuais penais relacionadas aos meios de prova, julgue os itens a seguir.

A denúncia anônima de fatos graves, por si só, impõe a imediata instauração de inquérito policial, no âmbito do qual a autoridade policial deverá verificar se a notícia é materialmente verdadeira.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Inquérito policial / Atribuições da polícia federal na persecução criminal: Lei nº 10.446/2002

Q187.

Com relação à Lei n.º 11.343/2006, que estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, e à Lei n.º 10.446/2002, que dispõe a respeito de infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exijam repressão uniforme, julgue os itens subsequentes.

Diante da ocorrência dos crimes de sequestro, de cárcere privado e contra a economia popular, caso haja repercussão interestadual, a Polícia Federal, sem prejuízo da responsabilidade dos órgãos de segurança pública arrolados pela CF, poderá investigar todas essas infrações, independentemente de autorização ou determinação do ministro da Justiça.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Inquérito policial / Competência da justiça federal, dos tribunais regionais federais, do STJ e do STF, conflito de competência

Fonte: PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO / MPE/RO / 2013 / CESPE

Q188.

Em relação aos recursos e ao procedimento do tribunal do júri, assinale a opção correta.

- A) Se a decisão de pronúncia estiver preclusa, não será possível ao MP aditar a denúncia com vistas a incluir circunstância superveniente que modifique a classificação do crime.
- B) A apresentação do rol de testemunhas a serem ouvidas no plenário do júri deve ocorrer depois de preclusa a decisão de pronúncia, quando o juiz manda intimar as partes, que terão cinco dias para arrolar até o máximo de oito testemunhas, podendo, ainda, juntar documentos e requerer diligências.
- C) A apelação de sentença condenatória terá efeito suspensivo, salvo nos casos de aplicação provisória de interdição de direitos e de medidas de segurança, no caso da suspensão condicional da pena e se o condenado não prestar fiança, embora possa fazê-lo.
- D) A apelação será julgada deserta se o condenado fugir depois de haver apelado.
- E) O STF tem competência originária para julgar recurso de apelação de decisão proferida pelo tribunal do júri se houver impedimento de mais da metade dos membros do tribunal de justiça ou do tribunal regional federal.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Ação penal / Conceito, características, espécies e condições

Fonte: ADVOGADO / EBSERH / 2018 / CESPE

Q189.

Quanto ao inquérito policial, à ação penal, às regras de fixação de competência e às disposições processuais penais relacionadas aos meios de prova, julgue os itens a seguir.

No caso de crime de ação penal privada, a instauração de inquérito policial por força de requerimento formulado pelo ofendido no prazo legal não interromperá o prazo decadencial para o oferecimento da queixa-crime.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Ação penal / Sujeitos do processo / Juiz

Q190.

Acerca dos juízes, julgue os itens seguintes.

O juiz se dará por suspeito, não caracterizando hipótese de impedimento, se seu ascendente estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Ação penal / Sujeitos do processo / Acusado e seu defensor

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TJ/DFT / 2013 / CESPE

Q191.

No que se refere ao direito processual penal, julgue os itens que se seguem.

Caso, em seu interrogatório, o acusado afirme que sua defesa será patrocinada por advogado particular, não haverá necessidade de o defensor apresentar o instrumento de mandato.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Ação penal / Sujeitos do processo / Assistente

Fonte: DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL / DPU / 2015 / CESPE

Q192.

Júlio foi preso em flagrante pela prática de furto de um caixa eletrônico da CEF. Júlio responde a outros processos por crime contra o patrimônio.

A respeito dessa situação hipotética, julgue os seguintes itens.

O representante da CEF poderá habilitar-se como assistente da acusação a partir da instauração do inquérito policial, não cabendo impugnação da decisão judicial que negar a habilitação.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Ação penal / Sujeitos do processo / Auxiliares da justiça

Fonte: PERITO CRIMINAL DE 1ª CLASSE - ANÁLISE DE SISTEMAS / PEFCE/CE / 2012 / CESPE

Q193.

Julgue os próximos itens, relativos a institutos do processo penal brasileiro.

São extensivas aos peritos as disposições referentes a suspeição dos juizes, como, por exemplo, a hipótese de o perito ser filho da vítima. Por outro lado, o perito, mesmo não sendo testemunha, poderá ser conduzido coercitivamente à presença do juiz, caso não compareça nem apresente justificativa.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Juizados especiais criminais: aplicação na justiça federal

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / TRF 1ª / 2017 / CESPE

Q194.

Com relação aos juizados especiais criminais, às nulidades, aos recursos no processo penal e à execução penal, julgue os itens a seguir.

Diferentemente da suspensão condicional do processo, a homologação da transação penal no âmbito dos juizados especiais criminais faz coisa julgada material, de forma que o descumprimento das cláusulas do acordo não permite a continuidade da persecução penal.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Provas / Conceito, objeto, classificação e sistemas de avaliação; Princípios gerais da prova, procedimento probatório; Valoração; Ônus da prova; Provas ilícitas

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA / TJ/DFT / 2015 / CESPE

Q195.

Julgue os itens subsequentes, em relação à prova, ao instituto da interceptação telefônica e à citação por hora certa.

Conforme a teoria dos frutos da árvore envenenada, adotada pelo Código de Processo Penal, a prova ilícita produzida no processo criminal tem o condão de contaminar todas as provas dela decorrentes, devendo, entretanto, ficar evidenciado o nexo de causalidade entre elas, considerando-se válidas, ademais, as provas derivadas que possam ser obtidas por fonte independente da prova ilícita.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Provas / Perícias

Fonte: ADVOGADO / EBSERH / 2018 / CESPE

Q196.

Quanto ao inquérito policial, à ação penal, às regras de fixação de competência e às disposições processuais penais relacionadas aos meios de prova, julgue os itens a seguir.

Para provar a materialidade do crime de homicídio, é indispensável o laudo de exame cadavérico, que não poderá ser suprido pela confissão do acusado.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Provas / Interrogatório

Fonte: DELEGADO DE POLÍCIA / Polícia Civil/BA / 2013 / CESPE

Q197.

Com relação às provas criminais, julgue os itens que se seguem.

De acordo com o CPP, o interrogatório do investigado, em regra, pode ser realizado em qualquer etapa do inquérito policial, e por intermédio do sistema de videoconferência ou de outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real, desde que o investigado esteja recolhido em unidade da federação distinta daquela em que se realize o procedimento e tal medida seja necessária para prevenir risco à segurança pública, em razão de fundada suspeita de que o preso integre organização criminosa ou possa fugir durante o deslocamento.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Provas / Confissão

Fonte: PRIMEIRO-TENENTE / Corpo de Bombeiro Militar/CE / 2014 / CESPE

Q198.

Julgue os itens subsequentes, relativos à ação penal, competência e prova no direito processual penal.

A confissão do acusado, tomada isoladamente, não é apta a suprir o exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Provas / Testemunhas

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA / TRE/GO / 2015 / CESPE

Q199.

Considerando que, em audiência de instrução e julgamento à qual compareceu a mãe do acusado como testemunha de acusação arrolada pelo Ministério Público, a defesa tenha, imediatamente, suscitado questão de ordem requerendo ao juiz que não tomasse seu depoimento por notório impedimento, julgue o próximo item conforme as normas previstas no Código de Processo Penal sobre provas.

Nessa situação, o juiz deve indeferir a questão de ordem suscitada pela defesa, mas deve informar à mãe do réu que ela

pode abster-se de depor e que, mesmo que tenha interesse em prestar seu depoimento, não estará compromissada a dizer a verdade.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Provas / Busca e apreensão: pessoal, domiciliar, requisitos, restrições, horários

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR / TJ/DFT / 2015 / CESPE

Q200.

A respeito de prova criminal, de medidas cautelares e de prisão processual, julgue os itens que se seguem.

No caso de haver resistência do morador, permite-se o uso da força na busca domiciliar iniciada de dia e continuada à noite, com a exibição de mandado judicial, devendo a diligência ser presenciada por duas testemunhas que poderão atestar a sua regularidade.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Prisão / Conceito, espécies, mandado de prisão e cumprimento

Fonte: ESCRIVÃO DE POLÍCIA / Polícia Civil/DF / 2013 / CESPE

Q201.

Com base no que dispõe o Código de Processo Penal, julgue os itens que se seguem.

O excesso de prazo da prisão em razão da demora na fixação do foro competente configura constrangimento ilegal à liberdade de locomoção.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Prisão / Prisão em flagrante

Fonte: ADVOGADO / EBSERH / 2018 / CESPE

Q202.

Julgue os seguintes itens, acerca do habeas corpus e de medidas coativas de prisão.

Será incabível a prisão em flagrante do autor de crime processável mediante ação pública condicionada a representação, caso inexistir autorização do ofendido ou de seu representante legal para a formalização do auto.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Prisão / Prisão temporária

Fonte: ADVOGADO / EBSERH / 2018 / CESPE

Q203.

Julgue os seguintes itens, acerca do habeas corpus e de medidas coativas de prisão.

Desde que ajuizada a queixa-crime, o ofendido ou querelante tem legitimidade para requerer à autoridade judiciária competente a decretação da prisão temporária do querelado.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Prisão / Prisão preventiva

Fonte: ADVOGADO / EBSERH / 2018 / CESPE

Q204.

Julgue os seguintes itens, acerca do habeas corpus e de medidas coativas de prisão.

O juiz poderá converter a prisão preventiva em domiciliar em hipóteses como a de acusado maior de oitenta anos de idade ou cuja presença seja imprescindível aos cuidados de criança menor de seis anos de idade e a de acusada gestante a partir do sétimo mês de gravidez.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Prisão / Princípio da necessidade, prisão especial, liberdade provisória

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR / TJ/DFT / 2015 / CESPE

Q205.

A respeito de prova criminal, de medidas cautelares e de prisão processual, julgue os itens que se seguem.

A gravação decorrente de interceptação telefônica que não interessar ao processo deverá ser inutilizada por decisão judicial posterior, necessariamente, à conclusão da instrução processual.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Sentença criminal / Citação, intimação, interdição de direito

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA / TJ/DFT / 2015 / CESPE

Q206.

Julgue os itens subsequentes, em relação à prova, ao instituto da interceptação telefônica e à citação por hora certa.

Em processo penal, a citação por hora certa do réu que se oculte para não ser citado segue os procedimentos previstos no Código de Processo Civil, de modo que, caso o réu não compareça em juízo nem constitua advogado, ficam suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz, se for o caso, determinar a produção antecipada de provas consideradas urgentes.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Sentença criminal / Sentença / Coisa Julgada

Fonte: DEFENSOR PÚBLICO / DPE/PE / 2015 / CESPE

Q207.

Ainda acerca de aspectos diversos do processo penal brasileiro, cada um dos próximos itens apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Gabriela está sendo processada porque, segundo a denúncia, teria praticado delito de roubo. Há prova segura nos autos para se afirmar que a ré era imputável no momento do delito. No entanto, após o recebimento da denúncia, mas antes da resposta à acusação, sobreveio à ré, no cárcere, doença mental comprovada em incidente de insanidade mental, procedimento que suspendeu o curso do processo. Após a homologação das conclusões dos peritos no incidente de insanidade mental, o juiz competente determinou que o processo retomasse seu curso. Em seguida, a DP apresentou resposta à acusação e o magistrado absolveu sumariamente a ré, impondo-lhe medida de segurança, uma vez que a doença mental que a tornou inimputável era a única tese da defesa. Nessa situação, à luz do CPP, agiu acertadamente o magistrado ao determinar o prosseguimento do processo e, ao final, decretar a absolvição imprópria da acusada nos termos do pedido da defesa.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Sentença criminal / Sentença / Habeas corpus

Fonte: ADVOGADO / EBSERH / 2018 / CESPE

Q208.

Julgue os seguintes itens, acerca do habeas corpus e de medidas coativas de prisão.

Não se admite a impetração de habeas corpus para atacar sentença cuja condenação se tenha limitado a pena de natureza pecuniária.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Processo criminal de crimes comuns / Lei nº 11.343/2006 e suas alterações (Tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes)

Fonte: DEFENSOR PÚBLICO DA UNIÃO / DPU / 2017 / CESPE

Q209.

Tendo como referência as disposições da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006) e a jurisprudência pertinente, julgue os itens subsecutivos.

Segundo o entendimento do STJ, em eventual condenação, o juiz sentenciante não poderá aplicar ao réu a causa de aumento de pena relativa ao tráfico de entorpecentes em transporte público, se o acusado tiver feito uso desse transporte apenas para conduzir, de forma oculta, droga para comercialização em outro ambiente, diverso do transporte público.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Processo criminal de crimes comuns / Lei nº 7.492/1986 e suas alterações (Crimes contra o sistema Financeiro Nacional)

Fonte: TÉCNICO - SEGURANÇA INSTITUCIONAL / BACEN/DEPES / 2013 / CESPE

Q210.

As atividades do sistema financeiro ligadas à movimentação de numerário e dados de movimentação bancária são revestidas de uma série de especificidades, em especial relacionadas à segurança. Acerca desse assunto e considerando a legislação relacionada, julgue os itens a seguir.

A legislação brasileira exige que o transporte de valores seja executado por empresas especializadas nesse tipo de serviço, proibindo que estabelecimentos financeiros executem essa atividade.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Processo criminal de crimes comuns / Lei nº 8.137/1990 e suas alterações (Crimes contra a ordem econômica e tributária e as relações de consumo)

Fonte: PROCURADOR / PGE/BA / 2014 / CESPE

Q211.

Suponha que um contribuinte, de forma consciente e voluntária, tenha deixado de realizar determinada obrigação acessória, o que lhe tenha possibilitado a supressão de tributo sem que o fisco tomasse conhecimento da prática ilícita. Em face dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

Segundo a Lei n.º 8.137/1990, para que os ilícitos tributários sejam puníveis na esfera penal, exige-se a comprovação de dolo ou culpa do agente.

- CERTO
 - ERRADO
-

Direito Processual Penal / Processo criminal de crimes comuns / Lei nº 8.072/1990 e suas alterações (Crimes hediondos)

Fonte: ESCRIVÃO DE POLÍCIA / Polícia Civil/DF / 2013 / CESPE

Q212.

No que se refere aos crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990) e à violência doméstica e familiar sobre a mulher (Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha), julgue os itens seguintes.

Se determinado cidadão for réu em processo criminal por ter cometido crime hediondo, ele poderá ter progressão de regime no cumprimento da pena, que se iniciará em regime fechado, bem como tê-la reduzida em caso de delação premiada, se o crime tiver sido cometido por quadrilha ou bando.

- CERTO
- ERRADO

Direito Processual Penal / Processo criminal de crimes comuns / Lei nº 9.455/1997 e suas alterações (Crimes de tortura)

Fonte: ESCRIVÃO DE POLÍCIA / Polícia Civil/DF / 2013 / CESPE

Q213.

Em relação aos crimes de tortura (Lei nº 9.455/1997), aos crimes contra as relações de consumo (Lei nº 8.078/1990) e aos juizados especiais criminais (Lei nº 9.099/1995), julgue os itens que se seguem.

Considere a seguinte situação hipotética.

O agente carcerário X dirigiu-se ao escrivão de polícia Y para informar que, naquele instante, o agente carcerário Z estava cometendo crime de tortura contra um dos presos e que Z disse que só pararia com a tortura depois de obter a informação desejada.

Nessa situação hipotética, se nada fizer, o escrivão Y responderá culposamente pelo crime de tortura.

- CERTO
- ERRADO

Direito Processual Penal / Processo criminal de crimes comuns / Lei nº 9.605/1998 e suas alterações (Crimes contra o meio ambiente)

Fonte: DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL / DPU / 2015 / CESPE

Q214.

Em relação aos crimes contra a fé pública, aos crimes contra a administração pública, aos crimes de tortura e aos crimes contra o meio ambiente, julgue os itens a seguir.

Exportar para o exterior peles e couros de mamíferos, em estado bruto, sem a autorização da autoridade competente caracteriza crime ambiental, devendo o autor desse crime ser processado e julgado pela justiça federal.

- CERTO
- ERRADO

Q215.

Com relação às questões e aos processos incidentes, à interceptação telefônica e à prisão temporária, julgue os itens subsequentes.

A interceptação de comunicações telefônicas é admitida quando há indícios razoáveis de autoria ou participação em infração penal e não poderá exceder o prazo máximo de quinze dias, prorrogável uma única vez pelo mesmo período.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Lei nº 4.898/1965 e suas alterações (Direito de representação e processo de responsabilidade administrativa civil e penal nos casos de abuso de autoridade)

Q216.

Com base no disposto na Lei nº 4.898/1965, que trata do abuso de autoridade, julgue os itens a seguir.

Nos termos da lei, é possível a responsabilização civil, hipótese em que a sanção consistirá no pagamento do valor do dano cumulado com quantia indenizatória arbitrada pelo juiz.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Lei nº 10.826/2003 e suas alterações (Estatuto do desarmamento)

Q217.

À luz do disposto no Estatuto do Desarmamento — Lei nº 10.826/2003 —, julgue os itens que se seguem.

Situação hipotética: Pedro, particular, autorizado a portar arma de fogo de uso permitido, foi detido portando arma em estado de notória embriaguez. **Assertiva:** Nessa situação, a suspensão ou a perda da autorização do porte depende de resultado de processo administrativo junto ao SINARM.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Lei nº 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente)

Q218.

Julgue os itens a seguir, tendo como referência as disposições da Lei n.º 11.343/2006 (Lei Antidrogas), da Lei n.º 10.826/2003 e suas alterações (Estatuto do Desarmamento), e da Lei n.º 8.069/1990 (ECA).

Para a configuração do crime de corrupção de menores, previsto no ECA, não se faz necessária prova da efetiva corrupção do menor, uma vez que se trata de delito formal.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Processual Penal / Lei nº 9.099/1995 e suas alterações (Juizados especiais criminais)

Fonte: DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL / DPU / 2015 / CESPE

Q219.

Em relação a coisa julgada, prova criminal e restituição de bens, medidas assecuratórias e cautelares no direito processual penal, julgue os itens subsequentes.

No âmbito do juizado especial criminal, no intuito de comprovar a materialidade do crime, o exame de corpo de delito pode ser substituído por boletim médico ou prova equivalente.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Criminologia / Conceito; Funções da criminologia

Fonte: PERITO CRIMINAL - ÁREA 12 / Polícia Federal / 2013 / CESPE

Q220.

Tão logo recebeu alta hospitalar, uma mãe saiu da maternidade com seu filho, recém-nascido, e colocou-o, ainda com vida, em um depósito de lixo. Localizada por um indivíduo que passava perto desse depósito, a criança foi levada para um pronto-socorro, mas, apesar de ter recebido o necessário atendimento médico, faleceu por hipotermia.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

Caso a mãe em questão, durante a gravidez, tivesse apresentado diabete gestacional, grave doença hipertensiva da gravidez ou placenta prévia, a gravidez poderia ter sido interrompida, e o médico estaria protegido por excludente de ilicitude prevista no Código Penal.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Criminologia / Objetos da criminologia: delito, delinquente, vítima, controle social

Fonte: PERITO CRIMINAL - ÁREA 12 / Polícia Federal / 2013 / CESPE

Q221.

A respeito de instrumentos e lesões corporais, julgue os itens seguintes.

A ferida com bordas regulares e cauda de escoriação é típica de instrumento cortante e não deve corresponder à saída de projétil de arma de fogo.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Criminologia / Modelos teóricos da criminologia

Fonte: DELEGADO DE POLÍCIA / Polícia Federal / 2013 / CESPE

Q222.

Julgue os itens a seguir, relacionados aos modelos teóricos da criminologia.

O surgimento das teorias sociológicas em criminologia marca o fim da pesquisa etiológica, própria da escola ou do modelo positivista.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Criminologia / Métodos: empirismo e interdisciplinaridade

Fonte: PERITO CRIMINAL - ÁREA 12 / Polícia Federal / 2013 / CESPE

Q223.

A utilização da análise química da sequência de nucleotídeos que compõe o ácido desoxirribonucleico para a identificação humana vem ganhando importância e se popularizando nas últimas décadas.

A consagração de sua utilização ocorre na área forense, tanto cível, relacionada à paternidade, quanto na criminal, para a identificação de pessoas ligadas a circunstâncias criminosas. Acerca de genética forense, julgue os próximos itens.

No caso de grandes desastres, o primeiro método de eleição para a identificação de vítimas é o exame de DNA.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Previdenciário / Seguridade social / Conceito e disciplina constitucional

Fonte: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL - ESPECIALIDADE: DIREITO E LEGISLAÇÃO / SEE/DFT / 2017 / CESPE

Q224.

Julgue os próximos itens, acerca do conceito e das fontes de custeio da seguridade social.

Integram as fontes de custeio da seguridade social as contribuições provenientes do segurado empregado, cuja alíquota deverá incidir sobre a remuneração auferida de um ou mais empregadores no decorrer do mês, respeitado o limite máximo da contribuição.

- CERTO
- ERRADO

Direito Previdenciário / Seguridade social / Princípios e objetivos

Fonte: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - DIREITO / TCE/SC / 2016 / CESPE

Q225.

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Acerca da seguridade social, julgue os itens subsequentes.

Situação hipotética: Maria recebe proventos de aposentadoria de professora de determinada universidade federal.

A administração verificou irregularidades na concessão da aposentadoria a Maria, que, sanadas, resultariam em redução do valor nominal por ela recebido. **Assertiva:** Nessa hipótese, conforme o entendimento do STF, não é possível a redução do valor nominal da aposentadoria de Maria, dado o princípio constitucional da irredutibilidade do valor do benefício.

- CERTO
- ERRADO

Direito Previdenciário / Seguridade social / Saúde, assistência social e previdência social

Fonte: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - DIREITO / TCE/SC / 2016 / CESPE

Q226.

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Acerca da seguridade social, julgue os itens subsequentes.

Situação hipotética: João, com sessenta e cinco anos de idade, não possui meios de prover a própria manutenção nem a de sua família, cuja renda mensal per capita é inferior a um quarto do salário mínimo. **Assertiva:** Nessa situação, João só pode requerer o benefício de prestação continuada previsto na Lei Orgânica de Assistência Social se tiver contribuído para a seguridade social.

- CERTO
- ERRADO

Direito Previdenciário / Financiamento da seguridade social / Contribuições da União, dos estados, do DF e dos Municípios

Fonte: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - PROCURADORIA / TCE/PA / 2016 / CESPE

Q227.

A propósito de custeio do RPPS, julgue os itens subsequentes.

O custeio do RPPS da União, dos estados, do Distrito Federal (DF) e dos municípios, dos militares dos estados e do DF é constituído de contribuições do pessoal civil e militar ativos, para os seus respectivos regimes, sendo que os inativos e os pensionistas, embora recebam benefícios, não participam do custeio desses regimes.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursosprepara.com.br>

Direito Previdenciário / Financiamento da seguridade social / Contribuições do empregador, da empresa e de entidades equiparadas; Contribuição do empregador doméstico

Fonte: DEFENSOR PÚBLICO / DPE/PE / 2015 / CESPE

Q228.

Rita foi contratada para trabalhar na residência de Zuleica, em atividade sem fins lucrativos, mediante o recebimento de um salário mínimo por mês.

Nessa situação hipotética, a contribuição destinada à seguridade social a cargo de

Zuleica será de 20% sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas, a qualquer título, no decorrer do mês, à segurada.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursosprepara.com.br>

Direito Previdenciário / Financiamento da seguridade social / Contribuição do segurado; Salário de contribuição: conceito, parcelas integrantes e não integrantes

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / PGE/AM / 2017 / CESPE

Q229.

Acerca do custeio da seguridade social, julgue os itens que se seguem.

O fato gerador das contribuições destinadas ao custeio da seguridade social, calculadas com base na remuneração, ocorre na data do pagamento dessas contribuições.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursosprepara.com.br>

Direito Previdenciário / Financiamento da seguridade social / Outras receitas da seguridade social

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO II - CONTABILIDADE / TJ/ES / 2011 / CESPE

Q230.

Julgue os itens que se seguem, relativos ao PIS/PASEP.

As contribuições para o PIS/PASEP, que financiam o seguro-desemprego e o abono dos empregados que recebem até dois salários mínimos mensais, integram, nos termos definidos pela Constituição Federal de 1988, a seguridade social e constituem

uma de suas fontes de recursos, incidindo sobre a receita ou o faturamento do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Previdenciário / Financiamento da seguridade social / Arrecadação e recolhimento das contribuições

Fonte: ASSESSOR TÉCNICO JURÍDICO / TCE/RN / 2015 / CESPE

Q231.

Acerca dos regimes de previdência, benefícios e contribuições previdenciárias, julgue os itens subsequentes.

A Constituição Federal de 1988 prevê fontes de custeio da seguridade social, entre elas a receita de concursos de prognósticos e a importação de bens ou serviços. Caso a União deseje criar novas fontes de custeio para manter e expandir a seguridade social, deverá fazê-lo pelo processo legislativo especial da lei complementar.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Previdenciário / Regime geral de previdência social / Planos de benefícios da previdência social

Fonte: ASSESSOR TÉCNICO JURÍDICO / TCE/RN / 2015 / CESPE

Q232.

Jairo ingressou em cargo efetivo do Poder Executivo do estado do Rio Grande do Norte em 2013. Desde então, recolhe para o estado o valor referente à contribuição previdenciária para o custeio de sua futura aposentadoria pelo regime próprio de previdência do estado do Rio Grande do Norte (RPPS/RN), nos termos da Lei Complementar estadual nº 308/2005 e da Constituição Federal.

Tendo como referência essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

Por ter ingressado no serviço público efetivo em 2013, Jairo poderá cumular benefícios previdenciários, desde que diversos, ou seja, um benefício pelo regime geral de previdência social, na condição de facultativo, e outro pelo RPPS/RN.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Previdenciário / Regime geral de previdência social / Segurados obrigatórios

Fonte: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL - ESPECIALIDADE: DIREITO E LEGISLAÇÃO / SEE/DFT / 2017 / CESPE

Q233.

Com relação a regimes de previdência, julgue os itens seguintes.

Situação hipotética: Um professor de escola particular, que não exerce cargo efetivo no poder público, foi nomeado secretário de educação de uma unidade da Federação que mantém o regime próprio de previdência social (RPPS).

Assertiva: Nessa situação, desde o momento de sua posse, o referido professor passará a ser segurado obrigatório do RPPS da respectiva unidade da Federação com que passou a manter vínculo.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Previdenciário / Regime geral de previdência social / Segurados facultativos

Fonte: DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL / DPU / 2015 / CESPE

Q234.

Em relação aos segurados do RGPS e seus dependentes, julgue os itens subsecutivos.

Aquele que, como contrapartida pelo desempenho das atividades de síndico do condomínio edilício onde reside, seja dispensado do pagamento da taxa condominial, sem receber qualquer outro tipo de remuneração, enquadra-se como segurado facultativo do RGPS.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Previdenciário / Regime geral de previdência social / Aquisição, manutenção, perda e reaquisição da qualidade de segurado

Fonte: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL - ESPECIALIDADE: DIREITO E LEGISLAÇÃO / SEE/DFT / 2017 / CESPE

Q235.

Relativamente a segurados, cumulação de benefícios e previdência complementar, julgue os itens a seguir.

Entende-se como companheiro ou companheira para efeito de proteção previdenciária a pessoa com quem o segurado mantém união estável por período superior a cinco anos, independentemente da existência de prole em comum.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Previdenciário / Regime geral de previdência social / Dependentes

Fonte: AUDITOR / TCE/RN / 2015 / CESPE

Q236.

A respeito da decadência, dos dependentes e das ações judiciais em matéria previdenciária, julgue os itens que se seguem.

Conforme entendimento do STJ, caso ocorra o falecimento de segurado de regime previdenciário que detenha a guarda judicial de criança ou adolescente que seja economicamente

seu dependente, será garantido ao menor sob guarda o benefício da pensão por morte, desde que ele tenha sido incluído no rol de dependentes previsto na lei previdenciária aplicável.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Previdenciário / Regime geral de previdência social / Regras gerais aplicáveis aos benefícios / Período de carência

Fonte: AUDITOR FISCAL DO TRABALHO / MTE / 2013 / CESPE

Q237.

Com relação aos benefícios concedidos pelo RGPS em função da ocorrência de acidente do trabalho, julgue os itens a seguir à luz das normas pertinentes.

Para a concessão dos benefícios de aposentadoria por invalidez e auxílio-doença em decorrência de acidente do trabalho, a legislação de regência do RGPS dispensa o cumprimento do período de carência, dado que se trata de evento não programável.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Previdenciário / Regime geral de previdência social / Regras gerais aplicáveis aos benefícios / Salário de benefício

Fonte: ANALISTA EM GEOCIÊNCIAS - DIREITO / CPRM / 2013 / CESPE

Q238.

Acerca das normas relativas à previdência social, julgue os itens a seguir. Nesse sentido, considere que a sigla RGPS, sempre que empregada, refere-se ao regime geral da previdência social.

A incidência do fator previdenciário sobre o cálculo das aposentadorias por tempo de contribuição contribui para a diminuição de aposentadorias de segurados muito jovens, bem como para o equilíbrio atuarial do sistema previdenciário.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Previdenciário / Regime geral de previdência social / Regras gerais aplicáveis aos benefícios / Renda mensal do benefício

Fonte: PROCURADOR / TCE/BA / 2010 / CESPE

Q239.

Julgue os itens que se seguem, relativos ao regime geral de previdência social.

Segundo entendimento do STF, lei nova mais benéfica que altere a forma de cálculo da renda mensal inicial da pensão por morte, aumentando seu percentual, não se aplicará aos benefícios previdenciários concedidos antes de sua vigência.

- CERTO
 - ERRADO
-

Direito Previdenciário / Regime geral de previdência social / Regras gerais aplicáveis aos benefícios / Reajustamento do valor do benefício

Fonte: ANALISTA - GESTÃO DE PESSOAS / SERPRO / 2013 / CESPE

Q240.

Com relação a cálculo e reajuste da renda mensal dos benefícios do RGPS, julgue os seguintes itens.

A norma constitucional estabelece que os benefícios do RGPS devem ser reajustados para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real. Em consonância com essa norma, o legislador ordinário estabeleceu que esses benefícios devem ser reajustados anualmente utilizando-se o mesmo índice de reajuste do salário mínimo.

- CERTO
- ERRADO

Direito Previdenciário / Regime geral de previdência social / Contagem recíproca de tempo de serviço

Fonte: DEFENSOR PÚBLICO SUBSTITUTO / DPE/ES / 2012 / CESPE

Q241.

No que se refere aos regimes previdenciários, julgue os próximos itens.

O tempo de contribuição para o RGPS, na qualidade de trabalhador rural, pode ser aproveitado para a obtenção de aposentadoria no serviço público pelo RPPS. Nessa hipótese, os regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.

- CERTO
- ERRADO

Direito Previdenciário / Decadência e prescrição / Decadência e prescrição para os beneficiários; Decadência e prescrição para o INSS

Fonte: INSPEÇÃO DE CONTROLE EXTERNO - ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE, DIREITO OU ECONOMIA / TCE/RN / 2015 / CESPE

Q242.

Com base nas disposições legais referentes ao regime geral de previdência social (RGPS), julgue os itens subsequentes.

Uma ação que tenha por objetivo haver prestações vencidas devidas pela previdência social está sujeita a prescrição decenal.

- CERTO
- ERRADO

Direito Previdenciário / Aspectos criminais da legislação previdenciária / Crimes contra a seguridade e a previdência social; Lei no 8.212/1991, Lei no 8.213/1991, Decreto no 3.048/1999

Fonte: PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO / TCDF / 2013 / CESPE

Q243.

Acerca de institutos diversos de direito previdenciário, julgue os itens subsequentes.

Nas hipóteses em que o ilícito administrativo praticado por servidor, nessa condição, dê ensejo à cassação de aposentadoria e também seja capitulado como crime, a prescrição da pretensão punitiva da administração terá como baliza temporal a pena em concreto, aplicada no âmbito criminal, devendo ser observados os prazos prescricionais do CP.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Financeiro e Tributário / Finanças públicas na Constituição Federal de 1988 / Orçamento: conceito e espécies, natureza jurídica, princípios orçamentários

Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO - ESPECIALIDADE ADMINISTRAÇÃO / EBSERH / 2018 / CESPE

Q244.

Acerca dos conceitos básicos de orçamento público, julgue os itens a seguir.

A função estabilizadora do orçamento público diz respeito à capacidade do governo de combater os desequilíbrios regionais e sociais por meio dos gastos públicos.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Financeiro e Tributário / Finanças públicas na Constituição Federal de 1988 / Normas gerais de direito financeiro

Fonte: PROCURADOR / PGE/BA / 2014 / CESPE

Q245.

No que se refere ao direito financeiro, julgue os próximos itens.

O instrumento legislativo exigido pela CF, na esfera federal, para dispor sobre normas de finanças públicas é sempre a lei complementar.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Financeiro e Tributário / Despesa pública / Conceito e classificação

Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO - ESPECIALIDADE ADMINISTRAÇÃO / EBSERH / 2018 / CESPE

Q246.

Com relação a despesa pública, julgue os itens subsequentes.

As disponibilidades da dotação orçamentária correspondente a determinada despesa regularmente empenhada são reduzidas em montante equivalente ao da despesa no momento do empenho.

- CERTO

- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Financeiro e Tributário / Despesa pública / Disciplina constitucional dos precatórios

Fonte: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - PROCURADORIA / TCE/PA / 2016 / CESPE

Q247.

Com base nos dispositivos constitucionais de direito financeiro, julgue os itens que se seguem.

Consoante o texto constitucional, havendo desequilíbrio orçamentário com déficit primário, a União pode deixar de pagar os precatórios do respectivo exercício financeiro, salvo os de natureza alimentar.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Financeiro e Tributário / Receita pública / Conceito, ingressos e receitas

Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO - ESPECIALIDADE ADMINISTRAÇÃO / EBSERH / 2018 / CESPE

Q248.

Acerca dos conceitos básicos de orçamento público, julgue os itens a seguir.

Os recursos financeiros obtidos por determinado órgão da administração pública na exploração de atividade econômica são considerados receitas originárias.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Financeiro e Tributário / Receita pública / Classificação: receitas originárias e receitas derivadas

Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO - ESPECIALIDADE CONTABILIDADE / EBSERH / 2018 / CESPE

Q249.

Acerca das receitas e das despesas públicas, suas etapas e estágios, e da Conta Única do Tesouro Nacional, julgue os itens subsequentes.

Receitas públicas originárias são aquelas arrecadadas pelo poder público por meio da soberania estatal, como é o caso das receitas de impostos.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Financeiro e Tributário / Sistema tributário nacional / Limitações constitucionais ao poder de tributar

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / PGE/AM / 2017 / CESPE

Q250.

Considerando os limites ao exercício do poder de tributar, julgue os itens seguintes.

A imunidade recíproca beneficia sociedades de economia mista que prestem serviços públicos estatais essenciais e exclusivos, como, por exemplo, o serviço de saneamento básico, ainda que tais serviços sejam remunerados por tarifas.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Financeiro e Tributário / Sistema tributário nacional / Repartição de competências na federação brasileira; Delegação de arrecadação

Fonte: ANALISTA - APOIO TÉCNICO-ESPECIALIZADO - FINANÇAS E CONTROLE / MPU / 2015 / CESPE

Q251.

Em relação a crédito e obrigações tributárias, fato gerador e domicílio tributário, julgue os itens que se seguem.

O imposto sobre heranças e doações incidente sobre bens móveis é de competência da unidade da Federação onde tais bens forem localizados.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Financeiro e Tributário / Sistema tributário nacional / Legislação sobre o sistema tributário brasileiro

Fonte: AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO - ÁREA: AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO, OUVIDORIA E TRANSPARÊNCIA - CAMPO DE ATUAÇÃO: GERAL / Pref. João Pessoa/PB / 2018 / CESPE

Q252.

Julgue os itens subsequentes, relativos ao sistema tributário, ao sistema financeiro, ao orçamento público e ao controle externo conforme as disposições da CF.

No âmbito das finanças públicas, é necessária a existência de prévia autorização legislativa para a instituição de fundos de qualquer natureza.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Financeiro e Tributário / Sistema tributário nacional / Definição de tributo e espécies de tributos

Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO - ESPECIALIDADE CONTABILIDADE / EBSERH / 2018 / CESPE

Q253.

No que se refere a noções básicas de tributos e a tratamento contábil aplicável aos impostos e às contribuições, julgue os itens a seguir.

A cobrança da contribuição de melhoria deve respeitar como limite total a despesa realizada na obra pública e como limite individual o acréscimo de valor resultante ao imóvel beneficiário.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Financeiro e Tributário / Fontes do direito tributário / Conceito de fonte; fontes formais do direito tributário

Fonte: ANALISTA - ADVOCACIA / SERPRO / 2013 / CESPE

Q254.

Com base nas normas constitucionais e legais sobre direito tributário, julgue os itens subsecutivos.

A CF previu que as normas gerais de direito tributário seriam objeto de lei complementar; todavia, até a presente data, essas normas gerais são as estabelecidas por meio de uma lei instituída como lei ordinária em sentido formal.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Financeiro e Tributário / Fontes do direito tributário / Vigência e aplicação da legislação tributária

Fonte: PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO / TCDF / 2013 / CESPE

Q255.

No que tange à legislação tributária, à obrigação tributária, ao crédito tributário e à administração tributária, julgue os itens seguintes.

Desde que a lei atribua eficácia normativa às decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição normativa, essas decisões, no que se refere aos efeitos normativos, entram em vigor na data de sua publicação.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Financeiro e Tributário / Fontes do direito tributário / Interpretação e integração da legislação tributária

Fonte: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL - ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE / SEE/DFT / 2017 / CESPE

Q256.

No que se refere à legislação tributária básica e suas atualizações, julgue os itens que se seguem.

Os pagamentos antecipados por conta de fornecimento futuro de bens à administração pública não geram retenções tributárias, pois estas serão realizadas pelo valor total dos bens, quando da entrega definitiva, a qual constitui o fato gerador dos tributos.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Financeiro e Tributário / Obrigação principal e acessória / Fato gerador

Q257.

Com base nas normas gerais e constitucionais de direito tributário, julgue os itens que se seguem.

Situação hipotética: Mesmo ocorrendo o fato gerador de obrigação tributária, o Estado, por meio de lei, exclui a possibilidade de se exigir o pagamento do crédito tributário relativo a tal obrigação. **Assertiva:** Essa situação configura hipótese de isenção de tributo.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Financeiro e Tributário / Obrigação principal e acessória / Sujeitos ativo e passivo

Fonte: PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL, CATEGORIA I / PGE/DF / 2013 / CESPE

Q258.

Paulo e Jorge, residentes em Goiânia – GO e sem endereço fixo no DF, iniciaram um negócio de vendas de veículos em uma sala no DF para moradores tanto do DF quanto de outros estados, sendo as operações comerciais todas feitas a pedido de clientes que deixavam seus veículos para venda. Após denúncia, o fisco do DF constatou que as operações de venda dos veículos estavam sendo feitas sem o pagamento do respectivo tributo e que não havia inscrição no cadastro fiscal de qualquer sociedade empresária para a realização de tais operações.

Considerando a situação hipotética acima apresentada, julgue os seguintes itens.

Paulo e Jorge são responsáveis tributários em razão da infração, visto que eles não podem ser considerados contribuintes ou sujeitos passivos diretos.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Financeiro e Tributário / Obrigação principal e acessória / Capacidade tributária

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STF / 2013 / CESPE

Q259.

João, com mais de dezoito anos de idade, e seu irmão Pedro, com dezessete anos de idade, ambos residentes no Distrito Federal, em endereço conhecido, constituíram, neste local, um negócio informal e passaram a vender roupas, sem informar esse fato ao fisco, deixando de constar no cadastro fiscal. Após fiscalização, a administração tributária descobriu que a prática da atividade comercial durava mais de dois anos, sem nunca ter sido recolhido nenhum tributo. O fisco lavrou o correspondente auto de infração contra João e Pedro, para cobrar o tributo suprimido.

A respeito da situação hipotética apresentada, julgue os itens seguintes.

Pedro não tem capacidade tributária passiva por ter menos de dezoito anos de idade.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Financeiro e Tributário / Obrigação principal e acessória / Domicílio tributário

Fonte: PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL, CATEGORIA I / PGE/DF / 2013 / CESPE

Q260.

Paulo e Jorge, residentes em Goiânia – GO e sem endereço fixo no DF, iniciaram um negócio de vendas de veículos em uma sala no DF para moradores tanto do DF quanto de outros estados, sendo as operações comerciais todas feitas a pedido de clientes que deixavam seus veículos para venda. Após denúncia, o fisco do DF constatou que as operações de venda dos veículos estavam sendo feitas sem o pagamento do respectivo tributo e que não havia inscrição no cadastro fiscal de qualquer sociedade empresária para a realização de tais operações.

Considerando a situação hipotética acima apresentada, julgue os seguintes itens.

O domicílio tributário de Paulo e Jorge será em Goiânia – GO, uma vez que eles não possuem residência no DF.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Financeiro e Tributário / Obrigação principal e acessória / Responsabilidade tributária

Fonte: DEFENSOR PÚBLICO / DPE/DF / 2013 / CESPE

Q261.

No que se refere à obrigação tributária e ao processo judicial tributário, julgue os seguintes itens.

De acordo com o STJ, a não localização de determinada sociedade no domicílio fiscal fornecido gera presunção iuris tantum de dissolução irregular, sendo possível, nesse caso, o redirecionamento da execução fiscal ao sócio-gerente da sociedade.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Financeiro e Tributário / Obrigação principal e acessória / Solidariedade tributária

Fonte: PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL, CATEGORIA I / PGE/DF / 2013 / CESPE

Q262.

Paulo e Jorge, residentes em Goiânia – GO e sem endereço fixo no DF, iniciaram um negócio de vendas de veículos em uma sala no DF para moradores tanto do DF quanto de outros estados, sendo as operações comerciais todas feitas a pedido de clientes que deixavam seus veículos para venda. Após denúncia, o fisco do DF

constatou que as operações de venda dos veículos estavam sendo feitas sem o pagamento do respectivo tributo e que não havia inscrição no cadastro fiscal de qualquer sociedade empresária para a realização de tais operações.

Considerando a situação hipotética acima apresentada, julgue os seguintes itens.

Entre Paulo e Jorge haverá solidariedade que não comporta o benefício de ordem, podendo qualquer deles ser cobrado pelo valor integral do tributo, em função de se tratar de interesse comum na situação que constitua o fato gerador.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Financeiro e Tributário / Obrigação principal e acessória / Responsabilidade dos sucessores

Fonte: ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TELECOMUNICAÇÕES - DIREITO / ANATEL / 2014 / CESPE

Q263.

Em conformidade com as regras do CTN, julgue os itens a seguir, acerca de responsabilidade tributária, responsabilidade dos sucessores, responsabilidade de terceiros e responsabilidade por infrações.

Considere que determinada pessoa tenha adquirido um imóvel e que, nessa operação, o vendedor tenha comprovado perante o comprador o pagamento do IPTU dos cinco anos anteriores. Considere, também, que a administração tributária, posteriormente a essa compra, tenha verificado que o pagamento do IPTU de um daqueles cinco anos não estava correto. Nessa situação, a obrigação de pagar a diferença será do vendedor.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Financeiro e Tributário / Obrigação principal e acessória / Responsabilidade por infrações

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA / STF / 2013 / CESPE

Q264.

Ainda com referência à situação hipotética descrita, julgue os itens a seguir, acerca de ilícito tributário e de crimes contra a ordem tributária.

É certo afirmar que o ilícito administrativo tributário independe da prova de que João e Pedro agiram com dolo ou culpa.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Financeiro e Tributário / Crédito tributário / Constituição; lançamento; modalidades; suspensão

Fonte: PROCURADOR JURÍDICO / PGE/AM / 2017 / CESPE

Q265.

Considerando o desenvolvimento da relação jurídica tributária, julgue os próximos itens.

A penhora de bem ou de direito que promova a satisfação integral do crédito tributário assegurará ao sujeito passivo da relação jurídica tributária o direito de obter certidão positiva com os mesmos efeitos da certidão negativa.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Financeiro e Tributário / Crédito tributário / Suspensão da exigibilidade do crédito tributário

Fonte: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - DIREITO / TCE/SC / 2016 / CESPE

Q266.

No exercício do controle fiscal, o tribunal de contas identificou que a secretaria de fazenda do estado vinha, de forma contumaz, retardando por mais de cinco anos a constituição de muitos dos créditos tributários oriundos de tributos sujeitos a lançamento de ofício, fato que gerou, como consectário lógico, a impossibilidade de cobrar do contribuinte o crédito tributário. Nesses casos, não havia possibilidade de a autoridade competente realizar o lançamento.

A respeito dessa situação hipotética e de aspectos legais a ela relacionados, julgue os itens que se seguem.

A situação hipotética diz respeito à prescrição tributária de tributos estaduais.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Financeiro e Tributário / Competência tributária

Fonte: PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL, CATEGORIA I / PGE/DF / 2013 / CESPE

Q267.

Julgue os seguintes itens, a respeito do IPTU, do ICMS e de isenção tributária.

É inconstitucional a isenção de tributo estadual fundada em tratado internacional ratificado pelo presidente da República.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Financeiro e Tributário / Impostos federais / Impostos sobre o comércio exterior

Fonte: PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO / TCDF / 2013 / CESPE

Q268.

Julgue os itens subsequentes, acerca dos impostos da União.

Conforme entendimento jurisprudencial assente no STJ, o fato gerador do imposto sobre a importação de produtos estrangeiros consuma-se na data do ingresso da mercadoria importada no país, devendo, por isso, ser aplicada para o cálculo do imposto a alíquota vigente nessa data.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Financeiro e Tributário / Impostos federais / Imposto sobre produtos industrializados (IPI)

Fonte: PROCURADOR FEDERAL DE 2.ª CATEGORIA / AGU / 2010 / CESPE

Q269.

No que concerne ao Sistema Tributário Nacional, julgue os itens seguintes.

É devida a correção monetária de créditos escriturais de imposto sobre produtos industrializados na hipótese em que o seu não aproveitamento pelo contribuinte em tempo oportuno tenha ocorrido em razão da demora motivada por ato administrativo ou normativo do fisco considerado ilegítimo.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Financeiro e Tributário / Impostos federais / Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF)

Fonte: PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO / TCDF / 2013 / CESPE

Q270.

Julgue os itens subsequentes, acerca dos impostos da União.

Nas operações de câmbio, o fato gerador do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro (IOF) consiste na efetivação da operação — configurada pela entrega de moeda nacional ou estrangeira ou de documento que a represente — ou na colocação à disposição do interessado do montante equivalente à moeda estrangeira ou nacional por ele entregue ou por ele posta à disposição.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Financeiro e Tributário / Impostos de renda / Regimes jurídicos

Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO - ESPECIALIDADE CONTABILIDADE / EBSERH / 2018 / CESPE

Q271.

Em relação às retenções na fonte realizadas pela administração pública federal, julgue os próximos itens. Nesse sentido, considere que a sigla IR, sempre que utilizada, se refere a imposto de renda.

A retenção na fonte realizada por órgão ou entidade da administração pública federal não dispensa, em relação aos pagamentos efetuados, as demais retenções previstas na legislação do IR.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Financeiro e Tributário / Impostos de renda / Imposto de renda pessoas jurídicas

Fonte: ANALISTA DO MPU - FINANÇAS E CONTROLE / MPU / 2013 / CESPE

Q272.

Com referência à legislação dos diversos tributos, julgue os itens subsequentes.

Imposto de renda retido na fonte a compensar representa o valor descontado da entidade por terceiros no recebimento por serviços prestados. A conta é creditada pela retenção do imposto e debitada quando houver sua compensação na apuração periódica do imposto de renda devido pela pessoa jurídica.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Financeiro e Tributário / Impostos de renda / Imposto de renda pessoas físicas

Fonte: ANALISTA DO MPU - FINANÇAS E CONTROLE / MPU / 2013 / CESPE

Q273.

Com referência à legislação dos diversos tributos, julgue os itens subsequentes.

Mantém perante o fisco sua condição de pessoa física, não sendo equiparado à pessoa jurídica, o profissional que, sem vínculo empregatício, em estabelecimento próprio, com emprego de auxiliares, preste serviços profissionais e cujos atos constitutivos estejam registrados em cartório por exigência contratual.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Financeiro e Tributário / Administração tributária / Procedimento fiscal

Fonte: ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TELECOMUNICAÇÕES - DIREITO / ANATEL / 2014 / CESPE

Q274.

No que diz respeito à administração tributária, fiscalização, dívida ativa e certidões negativas, julgue os itens a seguir, conforme o disposto no CTN e o entendimento do STJ.

É legalmente admissível que prestador de serviço de telecomunicação negue a entrega de seus livros à fiscalização tributária, sob o argumento de sigilo empresarial.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Fonte: ANALISTA MINISTERIAL - ÁREA ADMINISTRATIVA / MPE/PI / 2012 / CESPE

Q275.

A respeito do Poder Legislativo, julgue os itens subsequentes.

As comissões parlamentares de inquérito podem pedir a quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico e determinar a busca e apreensão domiciliar com base nos poderes de investigação que lhes foram conferidos pela CF.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Financeiro e Tributário / Administração tributária / Dívida ativa

Fonte: ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TELECOMUNICAÇÕES - DIREITO / ANATEL / 2014 / CESPE

Q276.

No que diz respeito à administração tributária, fiscalização, dívida ativa e certidões negativas, julgue os itens a seguir, conforme o disposto no CTN e o entendimento do STJ.

A declaração do contribuinte formalizada em documento de arrecadação, que quantifica a dívida tributária e constitui o crédito tributário, pode ser inscrita em dívida ativa, tal como ocorre com o lançamento tributário.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Financeiro e Tributário / Administração tributária / Certidões e cadastro

Fonte: ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TELECOMUNICAÇÕES - DIREITO / ANATEL / 2014 / CESPE

Q277.

No que diz respeito à administração tributária, fiscalização, dívida ativa e certidões negativas, julgue os itens a seguir, conforme o disposto no CTN e o entendimento do STJ.

Admite-se a quebra do sigilo fiscal caso o presidente de comissão de processo administrativo disciplinar solicite informações que, obtidas em razão de fiscalização dirigida por autoridade fazendária, digam respeito à situação econômica ou financeira de sujeito passivo tributário.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Internacional Público e Cooperação Internacional / Direito internacional público: conceito, fontes e princípios

Fonte: DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL / DPU / 2015 / CESPE

Q278.

No que se refere ao direito internacional, julgue os itens seguintes.

Normas jus cogens não podem ser revogadas por normas positivas de direito internacional.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Internacional Público e Cooperação Internacional / Atos internacionais / Tratados: validade; efeitos; ratificação; promulgação; registro, publicidade; vigência contemporânea e diferida; incorporação ao direito interno; violação; conflito entre tratado e norma de direito interno; extinção; Convenções, acordos, ajustes e protocolos

Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO - ÁREA 3 / ANAC / 2012 / CESPE

Q279.

No que concerne ao direito internacional público, julgue os itens a seguir.

A Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, de 1969, define jus cogens como uma normativa imperativa de direito internacional geral reconhecida pela comunidade internacional dos Estados como um todo. Essa normativa só pode, portanto, ser modificada por norma ulterior de direito internacional geral da mesma natureza.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Internacional Público e Cooperação Internacional / Personalidade internacional / Estado; imunidade à jurisdição estatal; consulados e embaixadas

Fonte: DELEGADO DE POLÍCIA / Polícia Federal / 2013 / CESPE

Q280.

Julgue os itens relativos às relações consulares, aos tratados internacionais, ao direito do mar e às cortes internacionais.

Diferentemente dos arquivos diplomáticos, os arquivos consulares podem ser violados em caso de fundada suspeita de atentado contra a incolumidade do Estado receptor.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Internacional Público e Cooperação Internacional / Personalidade internacional / Organizações internacionais: conceito; natureza jurídica; elementos caracterizadores; espécies

Fonte: DELEGADO DE POLÍCIA / Polícia Federal / 2013 / CESPE

Q281.

Julgue os itens relativos às relações consulares, aos tratados internacionais, ao direito do mar e às cortes internacionais.

Após o reconhecimento de pleito formulado perante a Comissão de Delimitação de Plataformas Continentais da Organização das Nações Unidas, o Brasil passou a exercer, na plataforma continental que excede as 200 milhas náuticas, até o limite de 350 milhas náuticas, competências equivalentes às exercidas no mar territorial.

- CERTO
- ERRADO

Direito Internacional Público e Cooperação Internacional / Personalidade internacional / População; nacionalidade; tratados multilaterais; estatuto da igualdade

Fonte: DELEGADO DE POLÍCIA / Polícia Federal / 2013 / CESPE

Q282.

No que se refere ao Estatuto da Igualdade, às fontes do direito internacional e à extradição, julgue os itens subsequentes.

Consoante as normas referentes à igualdade entre brasileiros e portugueses, o gozo de direitos políticos no Estado de residência importa na suspensão do exercício dos mesmos direitos no Estado de nacionalidade.

- CERTO
- ERRADO

Direito Internacional Público e Cooperação Internacional / Personalidade internacional / Estrangeiros: vistos; deportação, expulsão e extradição: fundamentos jurídicos; reciprocidade e controle jurisdicional

Fonte: AGENTE ADMINISTRATIVO / Polícia Federal / 2014 / CESPE

Q283.

Julgue os itens que se seguem, relativos à situação jurídica do estrangeiro no Brasil.

Considere que Alina seja natural de determinado país que não exige visto para que brasileiros o visitem em caráter recreativo. Nessa situação, se Alina pretender viajar a lazer para o Brasil, a exigência do visto de turista poderá ser-lhe dispensada.

- CERTO
- ERRADO

Direito Internacional Público e Cooperação Internacional / Proteção internacional dos direitos humanos / Declaração Universal dos Direitos Humanos

Fonte: OFICIAL DE INTELIGÊNCIA - ÁREA 1 / ABIN / 2018 / CESPE

Q284.

Julgue os itens seguintes, a respeito da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do direito internacional dos refugiados.

De acordo com a legislação brasileira, não pode ser considerado refugiado o indivíduo que, devido a fundados temores de perseguição por motivos de opiniões políticas, se encontre fora de seu país de nacionalidade e não queira acolher-se à proteção de tal país.

- CERTO
- ERRADO

Direito Internacional Público e Cooperação Internacional / Proteção internacional dos direitos humanos / Direitos civis, políticos, econômicos e culturais

Fonte: PROCURADOR / PGE/BA / 2014 / CESPE

Q285.

No que se refere aos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos de que o Brasil seja signatário, julgue os itens seguintes.

O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos de 1966, juntamente com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos de 1969 e outros atos internacionais compõem o denominado Sistema Regional Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Internacional Público e Cooperação Internacional / Proteção internacional dos direitos humanos / Mecanismos de implementação

Fonte: DEFENSOR PÚBLICO / DPE/PE / 2015 / CESPE

Q286.

Julgue os itens subsecutivos, a respeito de aspectos gerais e históricos dos direitos humanos.

O principal fundamento dos direitos humanos no Brasil refere-se à dignidade da pessoa humana. Por essa razão, além de haver consenso acerca do conteúdo desse princípio, ele é válido somente para os direitos humanos consagrados explicitamente na CF.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Internacional Público e Cooperação Internacional / Conflitos internacionais / Meios de solução: diplomáticos, políticos e jurisdicionais

Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO - ÁREA 3 / ANAC / 2012 / CESPE

Q287.

Acerca de atos internacionais e organizações internacionais, julgue os itens subsecutivos.

Na hipótese de um conflito internacional ter sido submetido a um foro internacional para julgamento, cabe ao Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio excluir a sua competência, quando necessário.

- CERTO
- ERRADO

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Direito Internacional Público e Cooperação Internacional / Conflitos internacionais / Cortes internacionais

Fonte: ANALISTA ADMINISTRATIVO - ÁREA 3 / ANAC / 2012 / CESPE

Q288.

Acerca de atos internacionais e organizações internacionais, julgue os itens subsecutivos.

Embora somente os membros do Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio tenham capacidade postulatória perante o órgão, qualquer ator privado pode participar no contencioso como *amicus curiae* (amigo da corte).

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Internacional Público e Cooperação Internacional / Domínio público internacional / Mar; águas interiores; mar territorial; zona contígua; zona econômica; plataforma continental; alto-mar; rios internacionais; espaço aéreo; normas convencionais; nacionalidade das aeronaves; espaço extra-atmosférico

Fonte: ADVOGADO / AGU / 2012 / CESPE

Q289.

Julgue os itens de 138 a 140, referentes a solução pacífica de controvérsias, direito internacional do mar, segurança internacional coletiva e manutenção da paz.

De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, baixios a descoberto que se encontrem, parcialmente, a uma distância do continente que não exceda a largura do mar territorial podem ser utilizados como parâmetro para medir a largura do mar territorial.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Direito Internacional Público e Cooperação Internacional / Cooperação internacional / Espécies e procedimentos

Fonte: ADVOGADO / AGU / 2012 / CESPE

Q290.

Julgue os itens subsequentes, relativos a cooperação internacional, sequestro internacional de crianças e atribuições da AGU em matéria internacional.

Compete ao Departamento Internacional da AGU, entre outras funções, auxiliar o consultor-geral da União no assessoramento ao AGU em processo de celebração de tratados.

- CERTO
- ERRADO

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>